PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

OFÍCIO nº 566/2017 - GP

Holambra, 18 de Setembro de 2017.

Assunto: *Encaminha Projeto de Lei.*

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE

Pelo presente, venho encaminhar a Vossa Excelência o seguinte projeto de lei para ser apreciado por essa Casa de Leis:

Projeto de Lei Complementar nº 012 /2017: ***"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

Sem mais para o momento, subscrevo-me renovando votos de alteada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Recebi em 18 de 09 de 2017
NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Nº PROTOCOLO: 00528/2017
Data: 18/09/2017 Hora: 15:55
Documento: Correspondência Recebida Nº 435/2017

A Sua Excelência a Senhora
NAIARA REGITANO HENDRIKX
DD. Vereadora Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA - SP

Fl. Nº 108/2017
Processo 001/2017

DESPACHO

GP em 18 de setembro de 2017

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Fl. Nº 108/2017

Processo 002/2017

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012 /2017.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, FERNANDO FIORI DE GODOY, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Por força da presente Lei, os dispositivos abaixo enumerados da Lei Complementar Municipal nº 121, de 27 de Dezembro de 2001, e alterações realizadas pela Lei Complementar nº 154 de 19 de novembro de 2004, que aprovou o Código Tributário do Município de Holambra, passam a vigorar com as seguintes redações: (emenda)

*"**Art. 59** - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante no anexo I, parte integrante desta lei.*

***Art. 60** - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:*

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do anexo I;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do anexo I;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

Fl. Nº 108/2017

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no Artigo 67 C desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§ 5º - No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

***Art. 67 A** - Para os contribuintes optantes pelo regime tributário do Simples Nacional (Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), bem como para o Microempreendedor Individual – MEI, deverá ser aplicada a alíquota dos percentuais previstos na respectiva Legislação Federal.*

***Art. 67 B** - Fica o prestador dos serviços obrigado a informar no documento fiscal a alíquota a ser retida, e na hipótese do contribuinte não informar, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento).*

***Art. 67 C** - A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).*

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista do anexo I da presente Lei.

§ 2º - É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas às alíquotas mínimas previstas no anexo I da presente Lei no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º - A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

***Art. 88 A** - No interesse da arrecadação e da administração tributária, poderá a Fazenda Municipal, por ato administrativo, adicionar ou suspender, no todo ou em*

Fl. Nº 108/2017

parte, a aplicação do regime de substituição tributária previsto nesta seção, bem como baixar normas regulamentadoras sobre o assunto."

Art. 2º - Esta Lei Complementar Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(emenda)
Cria artigo 3º.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Setembro de 2017.

FERNANDO FIORI DE GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 10 / 2017
PRESIDENTE

APROVADO EM 1ª
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE 06 / 11 / 2017
PRESIDENTE

APROVADO EM 2ª
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE 06 / 11 / 2017
PRESIDENTE

3

Fl. Nº 108/2017
Processo 004/2017

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS ISSQN	A	B
	% sobre o preço do	Alíquotas em Reais
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%	R$ 250,00
1.02 – Programação.	3%	R$ 250,00
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	**3%**	**R$ 250,00**
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente daarquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	**3%**	**R$ 250,00**
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%	R$ 250,00
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	3%	R$ 250,00
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%	R$ 250,00
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%	R$ 250,00
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%	R$ 250,00
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2,5%	R$ 250,00
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3%	R$ 200,00
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3%	R$ 200,00

Fl. Nº 108/2017

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5,0%	R$ 300,00
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%	R$ 250,00
3.06 - Locação empresarial de bens móveis.	3%	
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 – Medicina e biomedicina.	3%	R$ 350,00
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra- sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%	R$ 350,00
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%	R$ 350,00
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	3%	R$ 300,00
4.05 – Acupuntura.	3%	R$ 300,00
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%	R$ 300,00
4.07 – Serviços farmacêuticos.	3%	R$ 300,00
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%	R$ 350,00
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%	R$ 350,00
4.10 – Nutrição.	3%	R$ 350,00
4.11 – Obstetrícia.	3%	R$ 350,00
4.12 – Odontologia.	3%	R$ 350,00
4.13 – Ortóptica.	3%	R$ 350,00
4.14 – Próteses sob encomenda.	3%	R$ 300,00
4.15 – Psicanálise.	3%	R$ 350,00
4.16 – Psicologia.	3%	R$ 350,00
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%	R$ 200,00
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	R$ 300,00
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%	R$ 200,00
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	R$ 200,00
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	R$ 500,00
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3,5%	R$ 500,00
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3,5%	R$ 500,00

FL. Nº 108/2012

5

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	3%	R$ 350,00
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%	R$ 350,00
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	3%	R$ 350,00
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	R$ 300,00
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%	R$ 200,00
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	R$ 200,00
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	R$ 200,00
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2,5%	R$ 200,00
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2,5%	R$ 150,00
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2,5%	R$ 200,00
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%	R$ 200,00
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3%	R$ 200,00
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%	R$ 350,00
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	R$ 300,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 007/2017

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%	R$ 300,00
7.04 – Demolição.	3%	R$ 250,00
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3,5%	R$ 250,00
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	2,5%	R$ 100,00
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.08 – Calafetação.	3%	R$ 100,00
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%	R$ 200,00
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%	R$ 200,00
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%	R$ 150,00
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%	R$ 100,00
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3%	R$ 100,00
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%	R$ 100,00
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%	R$ 100,00
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%	R$ 1.150,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 008/2017

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%	R$ 100,00
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%	R$ 100,00
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2,5%	R$ 100,00
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2,5%	R$ 100,00
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%	R$ 200,00
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%	R$ 150,00
9.03 – Guias de turismo.	2,5%	R$ 100,00
9.04 - Parques nacionais, ecológicos, temáticos e congêneres, e demais empreendimentos de atração turística com cobrança de ingresso para visitação pública.	2,5%	R$ 100,00
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	R$ 270,00
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	R$ 270,00
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%	R$ 270,00
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	R$ 270,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 009/2017

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	R$ 270,00
10.06 – Agenciamento marítimo.	3%	R$ 350,00
10.07 – Agenciamento de notícias.	3%	R$ 350,00
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%	R$ 350,00
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2,5%	R$ 100,00
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	3%	R$ 100,00
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%	R$ 300,00
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	3%	R$ 300,00
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%	R$ 300,00
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%	R$ 150,00
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 – Espetáculos teatrais.	3%	R$ 230,00
12.02 – Exibições cinematográficas.	3%	R$ 230,00
12.03 – Espetáculos circenses.	3%	R$ 230,00
12.04 – Programas de auditório.	3%	R$ 230,00
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	3%	R$ 345,00
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%	R$ 230,00
12.10 – Corridas e competições de animais.	3%	R$ 230,00
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%	R$ 230,00
12.12 – Execução de música.	3%	R$ 230,00
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%	R$ 115,00

Fl. Nº 108/2017

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3%	R$ 115,00
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3%	R$ 200,00
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%	R$ 115,00
12.18 - Serviços de televisão por assinatura prestados na área do Município.	3%	R$ 200,00
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2,5%	R$ 115,00
13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	2,5%	R$ 115,00
13.06 - Gravação, edição, legendação e também distruibuição (sem a transferência de propriedade) de filmes, videotipes, disco vídeo digital e congêneres, para videolocadoras, televisão e cinema.	2,5%	R$ 115,00
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2,5%	R$ 115,00
14.02 – Assistência técnica.	2,5%	R$ 230,00
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2,5%	R$ 230,00
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2,5%	R$ 115,00
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	2,5%	R$ 115,00

Fl. Nº 108/2017

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2,5%	R$ 115,00
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2,5%	R$ 100,00
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	2,5%	R$ 115,00
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2,5%	R$ 115,00
14.12 – Funilaria e lanternagem.	2,5%	R$ 115,00
14.13 – Carpintaria e serralheria.	2,5%	R$ 115,00
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	2,5%	R$ 115,00
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres, com exceção da administração de fundos públicos e programas sociais, tais como do Programa de Integração Social - PIS, do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, do Fundo de Garantia por tempo de Serviço - FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e da Previdência Social.	5%	
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem	5%	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ouexclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	

Fl. Nº 108/2017
Processo 012/2017

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	R$ 552,00
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	

Fl. Nº 108/2017
Processo 013/2017

12

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	R$ 552,00
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3%	R$ 115,00
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3%	R$ 115,00
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%	R$ 345,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 014/2017

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%	R$ 115,00
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou	3%	R$ 345,00
organização técnica, financeira ou administrativa.		
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%	R$ 230,00
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%	R$ 230,00
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%	R$ 115,00
17.08 – Franquia (franchising).	3%	
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%	R$ 345,00
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	R$ 230,00
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%	R$ 460,00
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%	R$ 345,00
17.13 – Leilão e congêneres.	3%	R$ 230,00
17.14 – Advocacia.	3%	R$ 350,00
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%	R$ 350,00
17.16 – Auditoria.	3%	R$ 350,00
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	3%	R$ 345,00
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%	R$ 350,00
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%	R$ 300,00
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%	R$ 300,00
17.21 – Estatística.	3%	R$ 250,00
17.22 – Cobrança em geral.	3%	R$ 230,00
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%	R$ 230,00
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%	R$ 150,00

Fl. Nº 108/2017 14
Processo 015/2017

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	2%	R$ 100,00
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%	R$ 350,00
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	4%	R$ 300,00
19.02 - serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de bingo.	4%	R$ 300,00
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		R$ 350,00
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	R$ 350,00
22 – Serviços de exploração de rodovia.		

Fl. Nº 108/2017

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	R$ 1.000,00
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
25 - Serviços funerários.		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros parâmentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%	
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%	
25.03 – Planos ou convênio funerários.	3,5%	
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%	
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%	
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres, exceto os serviços postais explorados em regime de monopólio, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.538 de 22 de junho de 1978, quando executadas pela empresa pública da União ou suas agências franqueadas.	3%	R$ 115,00
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	2,5%	R$ 115,00
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		

Fl. Nº 108/2017

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	R$ 200,00
29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	2,5%	R$ 150,00
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%	R$ 350,00
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%	R$ 250,00
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	3%	R$ 230,00
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%	R$ 350,00
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%	R$ 350,00
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%	R$ 250,00
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	3%	R$ 250,00
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2,5%	R$ 115,00
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	2,5%	R$ 115,00
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5%	R$ 250,00
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	3%	R$ 200,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 038/2017

JUSTIFICATIVA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES

Temos a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, ao conhecimento dessa Colenda Casa de Leis, o presente Projeto de Lei Complementar do Executivo, que altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 121, de 27 de dezembro de 2001, e alterações, que "Aprova o Código Tributário do Município de Holambra, e dá outras providências".

Em 29 de dezembro de 2016, foi editada a Lei Complementar nº 157, que promoveu alterações, dentre outras normas, a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que trata do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN.

Ocorre que no início houve a interposição de veto por conta do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o qual acabou por ser rejeitado pelo Congresso Nacional e, por consequência, sendo promulgada em 31 de maio de 2017.

Dentre estas já citadas alterações havidas por força da presente Lei Complementar Federal, foi redistribuído o Imposto Sobre Serviços aos municípios referente a recursos arrecadados em operações de cartões de crédito e débito, de arrendamento mercantil (leasing) e de planos de saúde.

Por conta disto faz-se necessário o envio do presente Projeto de Lei incluindo os novos serviços descritos na sobredita Lei, que antes não eram alvo de tributação do ISSQN.

Ainda, nesta mesma oportunidade, está sendo readequada a lista de serviços da Lei Complementar Municipal 121/2001, e alterações, a fim de os itens e subitens espelharem com fidelidade a lista anexa a já citada Lei Complementar Federal nº 116/2003.

Estas são as ponderações técnicas promovidas pela Diretoria de Finanças deste Município, que resultarão num benefício tanto para o Poder Público quanto para os contribuintes que utilizam o sistema, em especial as empresas de outras cidades que aqui prestam serviços, sendo que ainda

Fl. Nº 108/2017 18
Processo 019/2017

esta unicidade contribuirá na exposição das defesas do Município em eventuais ações judiciais tributárias.

Por este motivo encaminhamos o projeto de lei à apreciação dessa Casa Legislativa, requerendo a **tramitação de URGÊNCIA** e aguardando sua aprovação.

Ressaltamos por fim, a necessidade da tramitação de URGÊNCIA, uma vez que segundo informações obtidas pela APM - Associação Paulista de Municípios, essa lei tem que estar sancionada e publicada até o próximo dia 30 de Setembro, conforme link:

http://www.apaulista.org.br/2017/08/17/para-facilitar-o-processo-de-implementacao-da-nova-lei-do-iss-apm-elaborou-um-documento-para-ajudar-seus-associados-veja-como-acessar/

Dessa forma, objetivando a melhora nas finanças municipais, requeremos a aprovação do presente projeto conforme acima explanado.

Estância Turística de Holambra, 13 de Setembro de 2017.

FERNANDO FIORI DE GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

Fl. Nº 108/2017
Processo 020/2017

Regimento Interno
Estatuto do Servidor
Concursos
Links úteis
Downloads

Imprensa

Notícias
Eventos
Diário Oficial
TV Câmara

Câmara

História
Função e definição
Mesa Diretora
Comissões
Legislatura
Vereadores



3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

19 de setembro de 2017

CÂMARA DISPONIBILIZA PARA CONSULTA PLC QUE PROPÕE ALTERAÇÃO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO

LEIA MAIS



18 de setembro de 2017

VEREADORAS PARTICIPAM DE CERIMÔNIA DE JURAMENTO À BANDEIRA

LEIA MAIS



06 de setembro de 2017

EXPANSÃO URBANA É APROVADA NA CÂMARA

LEIA MAIS

Acesso à Informação

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

CONTAS PÚBLICAS

CONTRATOS

Fl. Nº 087/2017
Processo 080/2017

Projeto aborda mudanças no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Publicado em: 19 de setembro de 2017

A Câmara Municipal informa que o Projeto de Lei Complementar 012/2017, de autoria do Executivo, encontra-se disponível para consulta em formato digital através do site da Câmara e em formato impresso na sede do Legislativo.

O projeto propõe alterações no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza(ISSQN), modificando o código tributário municipal.

Link de acesso:

http://camaraholambra.sp.gov.br/Arquivos/Downloads/2017919_Projeto%20de%20Lei%20Complementar%2012-2017.pdf

Fl. Nº 08 / 2017

Processo 022/2017

INFORMATIVO À POPULAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA - ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 012/2017, DE AUTORIA DO EXECUTIVO

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal, dando cumprimento aos disposto no §4º, do artigo 38, da Lei Orgânica Municipal c.c. o artigo 150, inciso 3, alínea "b", da Constituição Federal torna público para que ocorra na forma legal a consulta pública pelos munícipes e interessados do teor do projeto acima. O material estará disponível durante período de 30 dias.

Fl. Nº 108/2017
Processo 023/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

COMUNICADO A POPULAÇÃO

Para fins de cumprimento ao disposto no §4º, do artigo 38, da Lei Orgânica Municipal c.c. o artigo 150, inciso 3, alínea "b", da Constituição Federal, comunicamos que encontram-se a disposição dos interessados na Câmara Municipal, para exame e apresentação de emendas, o Projeto de Lei Complementar nº012/2012, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar Municipal nº. 121 de 27 de dezembro de 2001, e alterações, que aprova o Código Tributário do Município de Holambra e dá outras providências".

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de setembro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Fl. Nº 108/2017
Processo 024/2017

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Conforme Lei Municipal nº 894, de 02 de maio de 2017

www.holambra.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/holambra

98, 99, 100 e 101 à empresa IBF Indústria Brasileira de Filmes S/A; 20, 27, 28, 29, 30, 31, 40, 41, 42, 69, 76, 77, 89, 94, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 114, 148, 149, 150, 155, 166, 183, 193, 226 e 236 à empresa Med Center Comercial Ltda.; 112, 168, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 348 e 402 à empresa Técnicos em Imagem Comercial Ltda. EPP; 256, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 302, 303, 304, 359 e 392 à empresa Lanofarma Hospitalar Eireli ME; 54, 162, 163, 164, 270, 271, 396, 397 e 398 à empresa Aramed Comercial Hospitalar Eireli ME; 269 e 395 à empresa Cirúrgica Califórnia Eireli ME; 126, 246, 360 e 361 à empresa Nova Hospitalar Comercial e Importadora Eireli ME; 238, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 257, 258, 259, 260, 261, 293, 295, 296, 297, 298, 309, 310, 311, 322, 323, 327, 329, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 349, 406, 410, 411, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 425, 426, 427 e 428 à empresa Farma 2 Produtos para Saúde Ltda. EPP; 11, 19, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 51, 52, 53, 54, 55, 71, 72, 90, 109, 115, 117, 124, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 151, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 228, 237, 240, 245, 247, 253, 254, 255, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 299, 300, 301, 305, 306, 307, 308, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 330, 331, 345, 346, 347, 350, 351, 358, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 389, 391, 400, 407, 408, 409, 412, 413, 421, 422, 423, 424, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469 e 470 à empresa SP Comércio e Serviços em Distribuição Ltda. ME.

Em relação aos itens: 32, 92, 123, 154, 167, 172, 239, 268, 272, 283, 284, 285, 286, 321, 328, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 388, 390, 393, 394, 399, 401, 403, 404, 405, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 454, 455, 456, 457 e 458 foram considerados desertos.

Fernando Fiori de Godoy
Prefeito Municipal

Fl. Nº 10 8 / 2017
Processo 025 / 2017

PODER LEGISLATIVO DE HOLAMBRA

Atos Oficiais

Portarias

Portaria nº 033, de 16 de agosto de 2017

Dispõe sobre a convocação de funcionários para prestação de serviços em horário extraordinário.

Portaria nº 035, de 05 de setembro de 2017

Dispõe sobre expediente facultativo na Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

Portaria nº 036, de 15 de setembro de 2017

Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão presencial no âmbito da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

Portaria nº 037, de 15 de setembro de 2017

Nomeia e constitui a equipe para atuação nas licitações sob a modalidade pregão.

Portaria nº 038, de 15 de setembro de 2017

Nomeia membros da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

Resoluções

Resolução nº 205, de 31 de agosto de 2017

Constitui Comissão de Representação da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra no "116º Seminário Brasileiro de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Procuradores Jurídicos, Controladores Internos, Secretários e Assessores Municipais".

Outros Atos

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Para fins de cumprimento ao disposto no §4º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal c.c. o artigo 150, inciso 3, alínea "b" da Constituição Federal, comunicamos que encontram-se a disposição dos interessados na Câmara Municipal, para exame e apresentação de emendas, o

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE HOLAMBRA
Conforme Lei Municipal nº 894, de 02 de maio de 2017

www.holambra.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/holambra

Projeto de Lei Complementar nº012/2012, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar Municipal nº. 121 de 27 de dezembro de 2001, e alterações, que aprova o Código Tributário do Município de Holambra e dá outras providências".

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de setembro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX

Vereadora/Presidente

Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal

Audiência Pública - Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2017

A Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 239, inciso I e II, do Regimento Interno, da Câmara Municipal, expede o presente edital de convocação, para Audiência Pública que ocorrerá no dia 18 de outubro de 2017 (quarta-feira), às 18 horas, nesta Casa de Leis, para discussão das seguintes proposituras:

1- PROJETO DE LEI Nº. 025/2017, QUE "ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCICIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

2- PROJETO DE LEI Nº026/2017, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O QUADRIÊNIO DE 2018 A 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

Fica encarregada da Audiência Pública a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 19 de setembro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX

Vereadora/Presidente

Fl. Nº 108/2017
Processo 026/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 154 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2004

"ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, da Lei Complementar nº 121, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:.

CAPÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 59 – O Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza, de competência do Município, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes no Anexo I, da presente Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º - Ressalvadas as exceções expressas no Anexo I, da presente Lei, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º - O Imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos

Fl. Nº 028|2017
Processo 108|2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, como o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Artigo 59A – O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros do conselho consultivo ou do conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único – Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Artigo 60 – O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta do estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços de cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;

III – da execução da obra, no caso de serviços de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador

Fl. Nº 08/2017
Processo 029/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS) e acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;

IV – da demolição, no caso de serviços de demolição;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços de reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres;

XI – da execução dos serviços de escoamento, contenção de encostas e congêneres;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços de limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços de Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e embarcações;

Fl. Nº 108/2017
Processo 030/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bem;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres: espetáculos teatrais, exibições cinematográficas, espetáculos circenses, programas de auditório, parques de diversões, centros de lazer e congêneres, boates, táxi-dancing e congêneres, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres, feiras, exposições, congressos e congêneres, bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não, corridas e competições de animais, competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, execução de música, fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo, desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres, exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres, recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza, exceto produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços de transporte de natureza municipal;

XVIII – do estabelecimento do tomador de mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso de fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços de planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários: serviços portuários,

Fl. Nº 108/2017
Processo 031/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de moviment5ação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres; serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres e serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

§ 1º - No caso dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º - No caso dos serviços, de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços portuários, ferroviários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

Artigo 61 – Contribuinte é o prestador do serviço.

Artigo 62 – Entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para a prestação do serviço, sendo irrelevante a sua denominação

Fl. Nº 108/2017
Processo 032/2017

ou a sua categoria, bem como a circunstância do serviço a ser prestado, habitual ou eventualmente em outro local.

Parágrafo Único – A existência do estabelecimento prestador configura-se pela conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

I – manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução do serviço;

II – estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV – indicação, como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais ou municipais;

V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço, em impressos e formulários, locação de móvel, propaganda ou publicidade e fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

Artigo 63 – A incidência do imposto independe:

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação de serviço;

III – do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação de serviços.

Artigo 63A – O contribuinte que exercer mais de uma atividade relacionadas no Anexo I, da presente Lei ficará sujeito à incidência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

Artigo 64 – Para o financiamento do Fundo Municipal de Combate à Pobreza, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluo.

Fl. Nº 108/2017
Processo 033/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁCULO E DA ALÍQUOTA

Artigo 65 – A base de cálculo do imposto sobre serviços prestados exclusivamente sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será determinada anualmente. Aplicando-se os valores constantes na coluna "B" do Anexo I, da presente Lei.

§ 1º - A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.

§ 2º - Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:

I – por firmas individuais;

II – em caráter permanente, sujeito as normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo;

III – com o auxílio de terceiros, exceto aqueles que não tenham relação direta com a atividade desenvolvida, empregados ou não, salvo na condição de auxiliar, em número máximo de 02 (dois).

Artigo 66 – A base de cálculo do imposto sobre os serviços para as demais atividades ou hipóteses não elencadas no artigo anterior, é o preço do serviço, as quais se aplicam as alíquotas especificadas na coluna "A" do Anexo I, da presente Lei.

§ 1º - O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

§ 2º - Quando os serviços descritos nos subitens 3.04 e 22.01 da lista do Anexo I, da presente Lei, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, a extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no território do Município.

§ 3º - Não se incluem na base de cálculo do imposto previsto nos subitens 7.02 e 7.05 da lista do Anexo I, da presente Lei:

Fl. Nº 108/2017
Processo 034/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

I – o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, efetivamente incorporados a obra cujo documento fiscal, em suas vias, conste a indicação expressa da obra a que se destina.

a) materiais que originariamente forem destinados a obra, que já foram objeto de dedução da base de cálculo, e que, por quaisquer circunstâncias não foram efetivamente incorporados a mesma, terão seus valores reincorporados a base de cálculo, com o conseqüente pagamento do tributo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 67 – Na falta do preço do serviço referido no § 1° do artigo 65, ou não sendo desde logo conhecido, será fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Artigo 68 – O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação.

Artigo 69 – Os sinais e adiantamento recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta do mês em que forem recebidos.

Artigo 69A – Quando a prestação for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Artigo 69B – A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Artigo 69C – As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Artigo 69-D – Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor cumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

Parágrafo Único – Consideram-se, também, compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega

Fl. Nº 108/2017
Processo 035/2017

futura, em pagamentos de bens, serviços ou direitos adquiridos inclusive terrenos.

Artigo 69E – Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terreno e das cotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante de multiplicação do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

Artigo 69F – Nas incorporações imobiliárias, os financiamentos obtidos junto aos agentes financeiros compõem a apuração da base de cálculo, salvo nos casos em que todos os contratantes dos serviços ou adquirentes sejam financiados diretamente pelo incorporador.

SEÇÃO III
DA INSCRIÇÃO

Artigo 70 – O contribuinte deve promover sua inscrição no Cadastro Fiscal de Prestadores de Serviços antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessários para a correta fiscalização do tributo, nos formulários oficiais próprios.

§ 1º - Para cada estabelecimento prestador de serviços haverá inscrição distinta.

§ 2º - A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

§ 3º - A concessão da inscrição fica condicionada ao atendimento das exigências para o exercício de cada atividade.

Artigo 71 - Ao requerer a inscrição, as pessoas físicas deverão anexar cópia da cédula de identidade (RG), cópia do CPF, comprovante de endereço e cópia de documento que o habilite ao exercício da atividade, quando for o caso, enquanto que as pessoas jurídicas deverão entregar toda a documentação que a constituem juridicamente para o exercício de sua atividade, como também comprovante de endereço e outros documentos exigidos em regulamento.

Artigo 72 - Os prestadores de serviços sujeitos ao imposto, de conformidade com os itens 7.02, 7.04 e 7.05 do Anexo I, da presente Lei, deverão

Fl. Nº 108/2017
Processo 036/2017

proceder a escrituração, nos livros por obra a ser administrada, empreitada ou subempreitada.

Parágrafo Único - Ficam dispensados de efetuar a escrituração prevista no caput os contribuintes que na escrita comercial efetuarem a individualização das obras, desde que atendidas as exigências da fiscalização tributária.

Artigo 73 - Os contribuintes a que se referem os itens e subitens do Anexo I, da presente Lei deverão atualizar os dados no cadastro fiscal do ISSQN dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência da alteração.

Artigo 73A - O contribuinte deve comunicar à repartição fiscal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua ocorrência, a cessação de atividades, a fim de obter baixa de sua inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

§ 1º - Em caso de o contribuinte deixar de recolher o tributo por 1 (um) ano ou mais e não ser encontrado no endereço fornecido para o departamento competente, a inscrição e o cadastro poderá ser baixado de ofício, anexando ao processo administrativo o auto de constatação dessa ocorrência ou edital de convocação.

§ 2º - A anotação de cessação ou paralisação de atividade não extingue débitos anteriores ou posteriores, ainda que venham a ser apurados após a baixa *de ofício.*

Artigo 73B - A emissão de nota fiscal de serviços ou recibo profissional de autônomo (RPA), assim como a utilização de livros, formulários ou outros documentos necessários ao registro, controle e fiscalização dos serviços ou atividades tributáveis, para o registro das operações sujeitas ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, são obrigatórias a todos os prestadores de serviços, cujos modelos, forma e prazo de escrituração, e tudo o mais que diga *respeito ao interesse da Fazenda Pública Municipal, e por ela proposta, serão* regulamentados por ato do executivo.

§ 1º - A Fazenda Pública Municipal poderá exigir, igualmente, os documentos que entender necessários dos responsáveis tributários, ou outras pessoas ligadas ao fato gerador.

Fl. Nº 108/2017
Processo 037/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802 8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

§ 2º - Cada estabelecimento do mesmo sujeito passivo é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pêlos débitos, acréscimos de multas e juros, referentes a qualquer deles.

§ 3º - Os prestadores de serviços autônomos, a critério da Fazenda Pública Municipal, poderão ser obrigados à utilização dos livros fiscais.

§ 4º - Todos os contribuintes enquadrados no regime mensal de apuração do ISSQN, inclusive regime especial, bem como os tomadores de serviço, responsáveis ou não pelo recolhimento do tributo, prestarão, periodicamente, à Fazenda Pública Municipal, informações referentes às suas atividades e demais dados, conforme disciplinado em regulamento.

§ 5º - A Prefeitura, através da Secretaria de Finanças do Município, poderá instituir em complemento aos documentos fiscais previstos na legislação tributária do município, o sistema especial de controle, fiscalização e arrecadação, ao qual ficará submetido todo contribuinte, responsável ou intermediário dos serviços descritos nos itens e subitens do Anexo I, da presente Lei, e se constituirá na prestação periódica, por parte dos mesmos, de informações relativas aos serviços prestados, tomados ou intermediados para fins de comprovação do recolhimento do imposto ou do direito ao crédito fiscal da administração pública municipal.

§ 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e regulamentar a declaração de movimento Econômico, por Decreto.

§ 7º - Ficam recepcionados, no que couber, todos os regulamentos existentes, enquanto não editada nova regulamentação.

§ 8º - Fica vedada a utilização de qualquer meio de faturamento cujo mecanismo não permita a impressão de todas as vias a um só tempo.

§ 9º - Toda a AIDF (Autorização para Impressão de Documentos Fiscais) determinará prazo de validade dos documentos a serem confeccionados ou autorizados, que será impresso nos mesmos.

I - O prazo máximo será de 2 (dois) anos, contado da data da autorização;

Fl. Nº 108/2017
Processo 038/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@hotnet.com.br

II - Todos os documentos fiscais de faturamento autorizados até 31/12/2003, terão sua validade até 31/12/2005.

Artigo 73C - O extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais devem ser comunicados a Municipalidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência.

§ 1º - O comunicado deve mencionar a circunstância de fato, esclarecer se houver registro policial, identificar os livros ou documentos extraviados ou inutilizados, informar a existência do débito fiscal e dizer sobre a possibilidade de reconstituição da escrita o que deverá ser efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

§ 2º - O contribuinte fica obrigado, ainda, a publicar edital sobre o fato, no jornal oficial de publicação dos atos oficiais do Município, que deverá instruir a comunicação prevista no parágrafo anterior.

§ 3º - A legalização dos novos livros e talonários, fica condicionada a observância do disposto neste artigo.

Artigo 73D - Todo contribuinte é obrigado a exibir os livros fiscais e comerciais, os documentos gerenciais, os comprovantes da escrita fiscal e os documentos instituídos ou que vierem a ser instituídos por força desta e/ou de outra Lei, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem as autoridades fiscais.

Artigo 73E - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como, os documentos fiscais gerenciais e não fiscais comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do exercício seguinte a que der causa os registros, no estabelecimento respectivos, à disposição da fiscalização, e dele só poderão ser retirados para atender a requisição da Autoridade Fiscal.

Artigo 73F - Os contribuintes obrigados à emissão de nota fiscal de serviços deverão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao local de pagamento, ou onde o fisco vier a indicar, mensagem no seguinte teor: "ESTE ESTABELECIMENTO É OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇO", indicando o número do telefone para reclamações, que deverá corresponder ao da Fiscalização Municipal.

Fl. Nº 108/2017
Processo 039/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802 8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

Parágrafo Único - A mensagem será inscrita em placa ou painel de dimensões não inferiores a 25 cm X 40 cm., podendo conter outras indicações de interesse do emitente, desde que não prejudiquem a clareza do documento, nem as disposições desta Lei ou regulamento.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Artigo 74 - A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade do contribuinte, mediante lançamento em sua escrita fiscal e o respectivo pagamento, o qual ficará sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º - Quanto ao profissional autônomo, o lançamento será feito com base nos dados cadastrais.

§ 2º - Quanto aos estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, o lançamento será feito com base nos dados constantes dos balanços analíticos, em nível de subtítulo interno, padronizados quanto a nomenclatura e destinação das contas, conforme normas instituídas pelo Banco Central e constantes da declaração de serviços.

Artigo 75 - O imposto, devidamente calculado, deverá ser recolhido até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês imediatamente posterior ao da prestação dos serviços.

§ 1º - O mesmo prazo se aplica ao imposto retido na fonte;

§ 2º - Para o recolhimento do imposto não calculado sobre o preço do serviço, tomar-se-á como base os valores constantes da coluna "B" do Anexo I, da presente Lei.

Artigo 76 - O imposto será recolhido:

I - pelo prestador de serviço, através de carnê ou guia própria;

II - pelo tomador de serviço, através de guia de arrecadação para o ISSQN retido na fonte;

III - no caso dos profissionais autônomos, a que se refere o artigo 64, em parcelas, prazos e valores indicados no aviso de lançamento;

Fl. Nº 108/2017
Processo 040/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

IV - pêlos profissionais sem domicilio tributário no município que prestem serviços descritos no subitem 7.19 do Anexo I, da presente lei, a base de cálculo será R$ 50,00 (cinqüenta reais), por projeto;

V - Nos casos de diversões, lazer, entretenimento e congêneres previstos nos subitens do item 12, exceto o subitem 12.13 da lista do Anexo I, da presente Lei, se o prestador do serviço não for inscrito neste Município, o imposto será calculado sobre as operações do dia e recolhido no dia seguinte, ao término da prestação do serviço.

Artigo 77 - Quando não quitados no prazo tempestivo, a guia ou carnê deverão ser apresentados na Prefeitura para o necessário "visto" e conferência dos cálculos pertinentes à multa, juros de mora e atualização, se cabíveis, salvo nos casos de convênio ou disposição autorizativa que, incumba às instituições bancárias a aplicação dos referidos cálculos, quando nestes recolhidos.

§ 1º - O contribuinte deverá comprovar, com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico, por não ter prestado serviços tributáveis pelo município, no prazo estabelecido por este código para o recolhimento do imposto.

§ 2º - A não comprovação no prazo determinado implicará penalidade prevista no artigo 91.

Artigo 78 - No caso dos autônomos, o valor da parcela do imposto será o constante da Lista de Serviços, na coluna "B" do Anexo I, da presente Lei, recolhido pelo contribuinte em até 10 (dez) parcelas mensais iguais e consecutivas.

Artigo 79 - As diferenças de imposto apuradas em levantamento fiscal, constarão de auto de infração e serão recolhidas dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da respectiva notificação, ou da publicação do ato em jornal de circulação no município, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Artigo 80 - Os lançamentos de ofício serão comunicados ao contribuinte, no seu domicílio tributário ou no local do fato jurídico tributário que enseje o ISSQN, acompanhados do auto de infração e imposição de multa, se for o caso.

FL. Nº 108/2017
Processo 041/2017

Parágrafo Único - Não sendo encontrado o contribuinte ou recusando ele a receber a notificação, será considerado notificado por intermédio de edital publicado na Imprensa Oficial do Município.

Artigo 80A - Para o contribuinte cujo recolhimento não tenha por base de cálculo o preço do serviço, que iniciar suas atividades no transcorrer do exercício, o seu recolhimento será proporcional ao número de meses faltantes, a razão de 1/12 avos ao mês de atividade.

Artigo 81 - É indispensável, nos casos de construção civil, inclusive reformas e demolições a exibição da prova do imposto devido e da respectiva documentação fiscal, por ocasião da expedição do habite-se ou certidão de conclusão de obra, para que sejam confrontados com a pauta fiscal instituída pelo município, com base na Tabela constante no Anexo VII, da presente Lei.

§ 1º - Aplicam-se as normas previstas neste artigo inclusive às construções ou obras identificadas pela fiscalização já concluídas, que ainda dependam de regularização nos termos da legislação aplicável.

§ 2º - O imposto de que trata este artigo será recolhido por ocasião da solicitação de Vistoria para expedição do Habite-se ou da Certidão de Conclusão de Obra ou na Data e forma prevista na notificação de lançamento.

SEÇÃO V
DO REGIME DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Artigo 82 - Aos tomadores de serviços, estabelecidos, sediados ou domiciliados no município, ainda que imunes ou isentos, na condição de fontes pagadoras, fica estabelecida a obrigatoriedade, quando realizarem o pagamento por serviços que lhes forem prestados ou intermediados, de reter na fonte, à título de ISSQN, o montante devido sobre o respectivo valor do serviço, com a aplicação da alíquota prevista para a atividade constante do Anexo I, da presente lei, sendo responsável pelo recolhimento do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, quando:

I - tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - tomador ou intermediário dos serviços descritos nos subitens, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10,

Fl. Nº 108/2017
Processo 042/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 17.05, 17.10, 20,01, 20.02, 20.03 enumerados no Anexo I, da presente Lei;

III - o prestador do serviço, pessoa física ou jurídica, obrigado à emissão de nota fiscal e/ou fatura de serviços, não o fizer:

a) desobrigado da obrigação prevista no inciso, não fornecer recibo no qual esteja expresso o número de sua inscrição no cadastro de contribuintes do ISSQN do Município.

§ 1° - As pessoas físicas e jurídicas referidas no *caput* deste artigo e em seus incisos I, II, III e alínea "a", deverão repassar, aos cofres municipais, o valor do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, na forma e no prazo definidos na legislação tributária.

Artigo 83 - A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada no documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante aposição de carimbo em uma das vias do prestador.

§ 1° - Responde solidariamente pelo tributo o prestador quando o responsável não reter o imposto.

§ 2° - Para retenção do imposto, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente devida pela atividade exercida.

§ 3° - Excepciona-se a base de cálculo relativa as atividades previstas nos subitens 7.02 e 7.05 do Anexo I, da presente Lei, a qual será apurada nos termos disciplinados pelo artigo 65, §3.°,I desta Lei.

§ 4° - Na situação prevista no parágrafo anterior, o prestador do serviço deverá entregar à fiscalização tributária do município, até o terceiro dia útil do mês seguinte a prestação, toda a documentação relativa aos serviços prestados, documentos fiscais referentes aos materiais fornecidos incorporados a obra, para análise e apuração da base de cálculo do imposto.

§ 5° - A fiscalização tributária terá dois dias úteis para processar o cálculo referido no parágrafo anterior.

§ 6° - A fiscalização tributária emitirá a Guia de Arrecadação para o ISSQN retido na fonte dirigido ao tomador ou intermediário do serviço, que ficará

Fl. Nº 108/2017
Processo 043/2017

à disposição do prestador no primeiro dia útil seguinte ao prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 7º - A não entrega dos documentos referidos no §4.° deste artigo ou a não retirada da Guia de Arrecadação para o ISSQN retido na fonte a ser entregue ao tomador, sujeitará por parte deste a retenção do imposto com base na totalidade do faturamento e/ou pagamento efetuado ao prestador.

Artigo 84 - Quando se tratar de tomador ou intermediário do serviço, que não seja estabelecido, sediado ou domiciliado no município, não se aplica a regra de retenção, devendo o imposto ser recolhido pelo próprio prestador do serviço, respondendo entretanto o tomador ou intermediário, solidariamente, em caso de descumprimento de obrigação tributária pelo contribuinte.

Artigo 85 - O valor do imposto retido constituirá crédito daquele que sofrer a retenção dedutível do imposto a ser pago.

Artigo 86 - Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico da fiscalização municipal.

Artigo 87 - A não retenção do imposto ou o seu não repasse aos cofres municipais implica penalidade prevista no artigo 91.

Artigo 88 - Os tomadores ou intermediários dos serviços descritos no artigo 80, I, II, III farão a entrega junto ao órgão da fiscalização tributária do Município todo dia 30 (trinta) do mês subseqüente aos serviços tomados ou intermediados, com elementos disciplinados em Regulamento.

Parágrafo Único - A não entrega da relação no prazo determinado, bem como a entrega com dados viciados ou falsos, implicará penalidade prevista no artigo 91.

SUBSEÇÃO I
DO LEVANTAMENTO FISCAL

Artigo 89 - A Fazenda Pública Municipal poderá efetuar levantamento econômico para apuração do real movimento tributável, realizado pelo estabelecimento, em determinado período.

§ 1° - No levantamento fiscal, poderão ser usados quaisquer meios indiciários, bem como, coeficientes médios de lucro bruto, preço unitário,

Fl. Nº 108/2017
Processo 044/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802 8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

movimentação de mercadorias utilizadas na execução dos serviços, encargos diversos, lucro bruto, bem como outros elementos informativos.

§ 2º - Os levantamentos fiscais poderão ser refeitos quando a Administração Tributária dispuser de novos elementos para o seu refazimento.

SUBSEÇÃO II
DA ESTIMATIVA

Artigo 90 - Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de serviços aconselhar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, por período indeterminado, baseado em:

I - informações fornecidas pelo contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas à atividade;

II - valor médio dos serviços prestados;

III - total de horas trabalhadas multiplicadas pelo número de trabalhadores;

IV - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

V - faturamento médio mensal de estabelecimentos de mesmo porte e atividade;

VI - outros meios que, a critério da Fazenda Pública Municipal, se fizerem necessários.

§ 1º - O montante do imposto assim estimado será parcelado para recolhimento em prestações mensais.

§ 2º - O valor da parcela mensal, a recolher, será fixada, a critério da Fazenda Pública Municipal, para um período de até 12 (doze) meses.

§ 3º - Findo o período para o qual se fez a estimativa, será automaticamente prorrogado por igual período, e assim sucessivamente, até que haja manifestação da autoridade competente.

Fl. Nº 108/2017
Processo 045/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802 8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

§ 4º - Deixando de ser aplicado o regime de apuração do imposto por estimativa, por qualquer motivo ou a qualquer tempo, será apurado através de um formulário especial, o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado, com base nos documentos e informações que a Fazenda Pública Municipal julgar necessários.

§ 5º - Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido conforme a estimativa e o posteriormente apurado, será ela:

a) se favorável ao fisco, recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação;

b) se favorável ao contribuinte, restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ou compensada.

§ 6º - O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividades.

§ 7º - O lançamento por estimativa não dispensa o contribuinte de emissão de documentos fiscais e respectiva escrituração.

§ 8º - A aplicação do regime de estimativa poderá ser suspensa, a qualquer tempo, mesmo não tendo findado o exercício ou período, a critério da Fazenda Pública Municipal, seja de modo geral, individual ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento, ou por grupos de atividades.

§ 9º - A autoridade fiscal poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

§ 10 - Os demais procedimentos referentes ao regime especial serão disciplinados por Decreto.

Artigo 91 – Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Pública Municipal notificá-lo-á do "quantum" do tributo fixado, do prazo e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

Fl. Nº 108/2017
Processo 046/2012

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

Artigo 92 – Os contribuintes enquadrados nesse regime serão notificados, ficando-lhes reservado o direito de recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

SUBSEÇÃO III
DO ARBITRAMENTO

Artigo 93 - Nos seguintes casos, o valor das operações, o lançamento e a cobrança de tributos poderão ser arbitrados pela autoridade fiscal, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

I - quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte embaraçar o exame de livros ou documentos necessários ao lançamento e à fiscalização do tributo, ou se não estiver inscrito no cadastro fiscal;

II - quando o contribuinte não apresentar a guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza no prazo legal;

III - quando o contribuinte não possuir os livros, documentos, talonários de notas fiscais e formulários a que se refere o artigo 72B;

IV - quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo ou quando for difícil a apuração do preço;

V - quando o sujeito passivo não possuir ou deixar de exibir os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;

VI - quando o sujeito passivo não prestar, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por serem inverossímeis ou falsos;

VII - quando do exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;

VIII - quando os serviços forem prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

Fl. Nº 108/2017
Processo 047/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802 8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

§ 1º - Para o arbitramento do preço do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor dos serviços prestados cobrado pelos concorrentes, a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários.

§ 2º - Nos casos de arbitramento de preço para os contribuintes a que se refere o artigo 62, a soma dos preços, em cada mês, não poderá ser inferior à soma dos valores das seguintes parcelas referentes ao mês, considerando:

I - valor das matérias - primas, combustíveis e outros materiais consumidos;

II - total dos salários pagos;

III - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

IV - total das despesas de água, energia elétrica e telefone;

V - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios, considerando:

a) se equipamento, o valor de mercado no mês do arbitramento;

b) se imóvel, pelo valor venal deste do exercício do arbitramento.

§ 3º - O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

§ 4º - Na hipótese do inciso VII, realizado o arbitramento, será utilizada inscrição de ofício definida em ato da Fiscalização Tributária;

§ 5º - O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multa pecuniária sobre o débito de imposto que venha a ser apurado, nem da penalidade por descumprimento da obrigação acessória que lhe sirva de pressuposto.

Fl. Nº 108/2017
Processo 048/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

SEÇÃO VI
DAS PENALIDADES

Artigo 94 – O descumprimento das obrigações principais e acessórias, instituídas pela legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, fica sujeito às seguintes penalidades:

I - infração ao disposto no artigo 69: R$ 200,00 (duzentos reais), por exercício;

II - falta de comunicação de transferência, de cessação de atividades, de alteração de dados cadastrais ou de declaração de movimento econômico: R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), por exercício;

III - Infração ao disposto no artigo 71:

a) falta de escrituração de cada obra, nos livros: multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto devido, não podendo ser inferior a R$ 100,00 (cem reais), sem prejuízo das penalidades pela mora, previstas no artigo 10;

b) escrituração de obra, nos livros, a menor, embora cumprido o disposto no artigo 166: multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto correspondente aos valores não declarados, não ser inferior a R$ 100,00 (cem reais).

IV - Falta de recolhimento do Imposto:

a) quando o documento fiscal estiver regularmente escriturado, nos livros e registros fiscais próprios: multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto apurado;

b) nos demais casos: multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto apurado ou retido.

V - Multas por infrações às disposições relativas às obrigações tributárias acessórias:

a) falta de livros fiscais obrigatórios: R$ 300,00 (trezentos reais) por livro;

Fl. Nº 108/2017
Processo 0419/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802 8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

b) falta ou atraso de escrituração ou escrituração irregular de livros fiscais obrigatórios: R$30,00 (trinta reais) por mês ou fração, por livro;

c) falta de autenticação de livros fiscais obrigatórios ou quaisquer outros documentos: R$100,00 (cem reais) por livro;

d) ausência de livros fiscais obrigatórios no estabelecimento: R$ 50,00 (cinqüenta reais) por livro;

e) uso indevido ou em desacordo com as especificações próprias, de livros, notas ou documentos fiscais: R$ 100,00 (cem reais) por livro, nota ou documento fiscal;

f) uso de notas fiscais fora da ordem cronológica; uso de nota fiscal sem a clara e precisa descrição de serviço prestado; uso de nota fiscal, após uma anterior em branco: R$ 100,00 (cem reais) por nota fiscal;

g) adulteração, vício ou falsificação de livros e documentos fiscais: 20% (vinte por cento) da operação a que se refere a irregularidade não podendo ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais);

h) falta de emissão de notas fiscais: 100% (cem por cento) do valor da operação não podendo o valor deste ser inferior a R$ 100,00 (cem reais);

i) confecção de livros, notas fiscais e demais documentos fiscais obrigatórios, sem autorização da repartição competente, nos termos do artigo 72B e seus parágrafos: R$ 500,00 (quinhentos reais);

j) demais infrações à presente lei relativas ao exercício de atividades ou prestações de serviços não especificadas nas alíneas anteriores: R$ 100,00 (cem reais).

l) entrega fora do prazo da relação prevista no artigo 86, I: R$ 50,00 cinqüenta reais) por dia de atraso.

m) ao contribuinte que se recusar a prestar informações solicitadas pela fiscalização, não atender dentro do prazo estipulado notificações e/ou intimações ou de qualquer forma dificultar, ilidir ou impedir a atuação da Fiscalização: R$ 300,00 (trezentos reais).

n) a não comprovação de inexistência de movimento econômico no prazo previsto no parágrafo 2º do artigo 76: multa de R$ 5,00 (cinco reais) por dia de atraso.

Fl. Nº 108/2017
Processo 050/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

VI - Qualquer infração que impossibilite o funcionamento do estabelecimento poderá acarretar, além da multa pecuniária prevista nos incisos anteriores, sua interdição.

Parágrafo Único – As penalidades constantes das alíneas "a" e "b", do inciso III, alíneas "a" e "b", do inciso IV, alíneas "a", "b", "c", "e", "i" e "g", do inciso V, do presente artigo, serão aplicáveis desde que constatadas em procedimento fiscal, exceto em relação ao imposto retido na fonte.

Artigo 95 - A falta de pagamento do imposto no vencimento sujeitará o contribuinte:

I - à multa de 2% (dois por cento);

II - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor originário.

Artigo 96 – A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possa influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte a multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonegado, corrigido monetariamente.

SEÇÃO VI
DA ISENÇÃO

Art. 97 - São isentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - os deficientes físicos e pessoas comprovadamente carentes com mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos, que vendam bilhetes de loteria;

II - engraxates;

III - concertos, recitais, shows, exibições cinematográficas, quermesses e espetáculos similares realizados para fins assistenciais e educacionais, promovidos por entidades de personalidade jurídica e desde que a isenção seja previamente requerida.

§ 1° - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para sua

Fl. Nº 108/2017
Processo 051/2017

concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de Dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte:

I - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação;

II - Nos casos de início de atividade, o pedido de isenção deve ser apresentado simultaneamente com o pedido de licença para localização.

Artigo 2º - Os Anexos I, II e III da Lei Complementar Nº 121, de 27 de dezembro de 2001, passam a vigorar consoante o Anexo I, II e III da presente Lei.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2005.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 19 de Novembro de 2004.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana k. Rosi

FABIANA RADTKE ROSI
Diretora Administrativa

Fl. Nº 108/2017
Processo 052/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS ISSQN	A % sobre o preço do serviço	B Alíquotas em Reais Anual
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	*3,0*	*250,00*
1.02 – Programação.	*3,0*	*250,00*
1.03 – Processamento de dados e congêneres.	*3,0*	*250,00*
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	*3,0*	*250,00*
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	*3,0*	*250,00*
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	*3,0*	*250,00*
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	*3,0*	*250,00*
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	*3,0*	*250,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 053/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	*2,5*	*250,00*
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 – (VETADO)		
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	*3,0*	*200,00*
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	*3,0*	*200,00*
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	*5,0*	*300,00*
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	*3,0*	*250,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 054/2017

3.06- Locação empresarial de bens móveis	*3,0*	
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 – Medicina e biomedicina.	*3,0*	*350,00*
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	*3,0*	*350,00*
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	*3,0*	*350,00*
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	*3,0*	*300,00*
4.05 – Acupuntura.	*3,0*	*300,00*
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	*3,0*	*300,00*
4.07 – Serviços farmacêuticos.	*3,0*	*300,00*
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	*3,0*	*350,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 055/2017

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	*3,0*	*350,00*
4.10 – Nutrição.	*3,0*	*350,00*
4.11 – Obstetrícia.	*3,0*	*350,00*
4.12 – Odontologia.	*3,0*	*350,00*
4.13 – Ortóptica.	*3,0*	*350,00*
4.14 – Próteses sob encomenda.	*3,0*	*300,00*
4.15 – Psicanálise.	*3,0*	*350,00*
4.16 – Psicologia.	*3,0*	*350,00*
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	*3,0*	*200,00*
4.18 – Inseminação artificial, fertilização ***in vitro*** *e congêneres.*	*3,0*	*300,00*
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	*3,0*	*200,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 056/2017

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	*3,0*	*200,00*
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	*3,0*	*500,00*
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	*3,5*	*500,00*
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	*3,5*	*500,00*
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	*3,0*	*350,00*
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	*3,0*	*350,00*
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	*3,0*	*350,00*
5.04 – Inseminação artificial, fertilização ***in vitro*** *e congêneres.*	*3,0*	*300,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 057/2017

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	*3,0*	*200,00*
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	*3,0*	*200,00*
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	*3,0*	*200,00*
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	*2,5*	*100,00*
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	*2,5*	*200,00*
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	*2,5*	*100,00*
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	*2,5*	*100,00*
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	*2,5*	*150,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 058/2017

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	*2,5*	*200,00*
*6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.*	*3,0*	*200,00*
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	*3,0*	*350,00*
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS, e a incorporação imobiliária a preço global ou direta, viabilizadora de negócio jurídico de compra e venda sobre o qual incide o ITBI).	*3,0*	*300,00*
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	*3,0*	*300,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 059/2017

7.04 – Demolição.	*3,0*	*250,00*
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	*3,5*	*250,00*
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	*2,5*	*100,00*
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.08 – Calafetação.	*3,0*	*100,00*
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, exceto atividade de coleta de óleo usado ou contaminado, que fica sujeito ao ICMS.	*3,0*	*200,00*
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	*3,0*	*200,00*
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	*3,0*	*150,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 060/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX. (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	*3,0*	*100,00*
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.14 – (VETADO)		
7.15 – (VETADO)		
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	*3,0*	*100,00*
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	*3,0*	*1.150,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 061/2017

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	*3,0*	*100,00*
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	*3,0*	*100,00*
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	*2,5*	*100,00*
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	*2,5*	*100,00*
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
*9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).*	*3,0*	*200,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 062/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

*9.02 – **Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens** e congêneres.*	*3,0*	*150,00*
9.03 – Guias de turismo.	*2,5*	*100,00*
9.04- Parques nacionais, ecológicos, temáticos e congêneres, e demais empreendimentos de atração turística com cobrança de ingresso para visitação pública.	*2,5*	*100,00*
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	*5,0*	*270,00*
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer, realizados no âmbito das Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios..	*5,0*	*270,00*
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	*5,0*	*270,00*
*10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil **(leasing)**, de franquia **(franchising)** e de faturização **(factoring)**.*	*5,0*	*270,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 063/2017

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias, por quaisquer meios.	*5,0*	*270,00*
10.06 – Agenciamento marítimo.	*3,0*	*350,00*
10.07 – Agenciamento de notícias.	*3,0*	*350,00*
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	*3,0*	*350,00*
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	*2,5*	*100,00*
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	*3,0*	*100,00*
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	*3,0*	*300,00*
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	*3,0*	*300,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 064/2017

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	*3,0*	*300,00*
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	*3,0*	*150,00*
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 – Espetáculos teatrais.	*3,0*	*230,00*
12.02 – Exibições cinematográficas.	*3,0*	*230,00*
12.03 – Espetáculos circenses.	*3,0*	*230,00*
12.04 – Programas de auditório.	*3,0*	*230,00*
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	*3,0*	*230,00*
12.06 – Boates, ***taxi-dancing*** *e congêneres.*	*3,0*	*345,00*
12.07 – Shows, ***ballet****, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.*	*3,0*	*230,00*
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	*3,0*	*230,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 065/2017

*12.09 – **Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.***	*3,0*	*230,00*
*12.10 – **Corridas e competições de animais.***	*3,0*	*230,00*
*12.11 – **Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.***	*3,0*	*230,00*
*12.12 – **Execução de música.***	*3,0*	*230,00*
*12.13 – **Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.***	*3,0*	*230,00*
*12.14 – **Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.***	*3,0*	*115,00*
*12.15 – **Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.***	*3,0*	*115,00*
*12.16 – **Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.***	*3,0*	*200,00*
*12.17 – **Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.***	*3,0*	*115,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 066/2017

12.18 – Serviços de televisão por assinatura prestados na área do Município.	*3,0*	*200,00*
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01 – (VETADO)		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	*2,5*	*115,00*
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	*2,5*	*115,00*
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalizaçao.	*2,5*	*115,00*
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia e confecção de impressos gráficos, destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	*2,5*	*115,00*
13.06- Gravação, edição, legendação e também distribuição (sem a transferência de propriedade) de filmes, videotipes, disco vídeo digital e congêneres, para videolocadoras, televisão e cinema	*2,5*	*115,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 067/2017

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	*2,5*	*115,00*
14.02 – Assistência técnica.	*2,5*	*230,00*
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	*2,5*	*230,00*
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	*2,5*	*115,00*
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.	*2,5*	*115,00*
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	*2,5*	*115,00*
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	*2,5*	*115,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 068/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	*2,5*	*115,00*
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	*2,5*	*100,00*
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	*2,5*	*115,00*
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	*2,5*	*115,00*
14.12 – Funilaria e lanternagem.	*2,5*	*115,00*
14.13 – Carpintaria e serralheria.	*2,5*	*115,00*
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 – Administração de fundos, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, e de carteira de clientes, com exceção da administração de fundos públicos e programas sociais, tais como do Programa de Integração Social - PIS, do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e da Previdência Social.	*5,0*	

Fl. Nº 108/2017
Processo 069/2017

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	*5,0*	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	*5,0*	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	*5,0*	
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em Quaisquer outros bancos cadastrais.	*5,0*	
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	*5,0*	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e	*5,0*	

FL. Nº 108/2017
Processo 070/2012

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.		
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	*5,0*	
*15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).*	*5,0*	
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	*5,0*	*552,00*
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	*5,0*	
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	*5,0*	

Fl. Nº 108/2017
Processo 071/2017

Al Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	*5,0*	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	*5,0*	
15.15 – Serviços de distribuição e venda de títulos de capitalização e congêneres, compensação de cheques e títulos quaisquer, exceto sua execução nos termos do artigo 19, inciso IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e alterações; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	*5,0*	
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	*5,0*	

Fl. Nº 108/2017
Processo 072/2017

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	*5,0*	
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	*5,0*	*552,00*
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	*3,0*	*115,00*
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*3,0*	*345,00*
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	*3,0*	*115,00*
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	*3,0*	*345,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 073/2017

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	*3,0*	*230,00*
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	*3,0*	*230,00*
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	*3,0*	*115,00*
17.07 – (VETADO)		
*17.08 – Franquia (**franchising**).*	*3,0*	
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	*3,0*	*345,00*
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	*3,0*	*230,00*
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	*3,0*	*460,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 074/2017

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	*3,0*	*345,00*
17.13 – Leilão e congêneres.	*3,0*	*230,00*
17.14 – Advocacia.	*3,0*	*350,00*
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	*3,0*	*350,00*
17.16 – Auditoria.	*3,0*	*350,00*
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	*3,0*	*345,00*
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	*3,0*	*350,00*
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	*3,0*	*300,00*
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	*3,0*	*300,00*
17.21 – Estatística.	*3,0*	*250,00*
17.22 – Cobrança em geral.	*3,0*	*230,00*
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização	*3,0*	*230,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 075/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

(factoring).		
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	*3,0*	*150,00*
17.25 – Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio, exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão.	*2,0*	*100,00*
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	*3,0*	*350,00*
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios e congêneres.	*4,0*	*300,00*
19.02- serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de bingo	*4,0*	*300,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 076/2017

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		*350,00*
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	*5,0*	*350,00*
22 – Serviços de exploração de rodovia.		

Fl. Nº 108/2017
Processo 077/2017

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	*5,0*	*1.000,00*
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	*2,5*	*115,00*
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, ***banners****, adesivos e congêneres.*		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, ***banners****, adesivos e congêneres.*	*2,5*	*115,00*
25 - Serviços funerários.		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	*3,0*	

FL Nº 108/2017
Processo 078/2017

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	*3,0*	
25.03 – Planos ou convênio funerários.	*3,5*	
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	*3,0*	
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, courrier e congêneres.		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, ***courrier*** *e congêneres, exceto os serviços postais explorados em regime de monopólio, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.538 de 22 de junho de 1978, quando executadas pela empresa pública da União ou suas agências franqueadas.*	*3,0*	*115,00*
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	*2,5*	*115,00*
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	*5,0*	*200,00*

Fl. Nº 108/2017
Processo 079/2017

29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	*2,5*	*150,00*
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	*3,0*	*350,00*
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	*3,0*	*250,00*
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	*3,0*	*230,00*
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	*3,0*	*350,00*
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		

Fl. Nº 108/2017
Processo 080/2017

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	*3,0*	*350,00*
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	*3,0*	*250,00*
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	*3,0*	*250,00*
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	*2,5*	*115,00*
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	*2,5*	*115,00*
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		

FL. Nº 108/2017
Processo 081/2017

Rua Primeiro de Maio, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802 8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	*5,0*	*250,00*
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	*3,0*	*200,00*

FL. Nº 108/2017
Processo 082/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

ANEXO II

NATUREZA DA ATIVIDADE - ALVARÁ ABERTURA - ALÍQUOTAS EM REAIS

	R$
1 – Indústria	30,00
2 - Produção agropecuária	25,00
3 – Comércio	20,00
4 - Estabelecimentos prestadores de serviços	20,00
5 - Diversões Públicas	45,00
6 - Profissionais autônomos	20,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 083/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

ANEXO III

NATUREZA DA ATIVIDADE - LOCALIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO - ALÍQUOTAS EM REAIS

---

01 – indústrias	R$
até 150 empregados	300,00
acima de 151 empregados	700,00
02 - produção agropecuária	
granjas (aves, ovos, suínos)	400,00
03 - comércio	
I - venda de gênero alimentícios em geral:	
supermercados	400,00
mercearias e empórios	200,00
quitandas	70,00
cereais (exclusivamente)	70,00
café torrado e moído	70,00
"varejão"	250,00
mini-mercados	250,00
II –gêneros alimentícios:	
bares e lanchonetes	200,00
restaurantes, churrascarias, pizzarias, choperias	300,00
sorveterias	150,00
III –tecidos e confecções em geral:	
tecidos, roupas feitas, tapetes, calçados e materiais esportivos	300,00
tecidos	150,00
roupas feitas	150,00
tecidos	150,00
calçados	150,00

FL. Nº 108/2017
Processo 084/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

materiais esportivos..... 150,00

IV - peças e acessórios:
de veículos automotores..... 250,00
peças usadas e desmanches..... 250,00

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS EM REAIS

V - postos de gasolina..... 500,00

VI - materiais para construção em geral..... 400,00

VII – ferragens, tintas, materiais elétricos e semelhantes..... 250,00

VIII - implementos e insumos agrícolas..... 250,00

IX - veículos automotores..... 450,00

X – funerárias..... 300,00

XI - móveis, eletrodomésticos, aparelhos de som, telefônicos, telefax, tapetes, cortinas e semelhantes..... 300,00

XII - carnes, peixes, frios e laticínios..... 250,00

XIII - pneus, câmaras e semelhantes..... 250,00

XIV - jóias, relógios, ópticas e semelhantes..... 300,00

XV – livrarias e assemelhados
bazares, livrarias, papelarias, materiais escolares, material de escritório. 150,00
armarinhos e semelhantes 100,00

XVI - farmácias, drogarias e farmácias veterinárias..... 350,00

XVII - panificadoras, confeitarias e semelhantes..... 300,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 085/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

XVIII - discos e fitas sonoras..... 200,00

XIX - floriculturas e semelhantes..... 250,00

XX – materiais fotográficos:
fotos c/ venda de material fotográfico, cinematográfico, sonoro e semelhantes..... 150,00

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

---

fotos s/ venda de material..... 80,00
material cinematográfico, fotográfico e sonoro..... 120,00
locadoras de fitas de "videocassete"..... 250,00

XXI - molduras, quadros e vidros..... 250,00

XXII - selarias
artefatos de couro..... 150,00

XXIII - artigos de pesca..... 130,00
barcos e motores de popa..... 300,00

XXIV - charutaria e tabacaria, revistas e jornais..... 100,00

XXV - distribuidora atacadista de cigarros, fumos e artigos
de tabacaria..... 1.000,00

XXVI - distribuidora de bebidas
Atacado..... 500,00
Varejo..... 200,00

XXVII - venda de videogames, videocassetes e similares..... 300,00

XXVIII - suprimento p/computadores, impressos e formulários contínuos e acessórios em geral..... 250,00

XXIX - quaisquer outros ramos de atividades comerciais..... 100,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 086/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

04 – estabelecimentos de créditos

estabelecimento bancários, de créditos, financiamentos e investimentos, de seguros, de capitalização..... 1.500,00
financeiras..... 1.000,00
seguradoras..... 500,00

05 – hospedagem

hotéis..... 300,00
motéis..... 300,00
pensões e semelhantes..... 100,00

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

---

pousadas..... 200,00
camping..... 150,00

06 - diversões públicas

bailes..... 100,00
restaurantes dançantes, boates, danceterias e similares..... 350,00
jogos lícitos de cartas..... 500,00
jogos eletrônicos..... 200,00
bilhares e quaisquer outros jogos de mesa..... 200,00
boliches..... 200,00
bochas..... 200,00
tiro ao alvo - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias..... 200,00
circos, parques de diversões - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias (por dia)..... 65,00
quaisquer outros espetáculos ou diversões não incluídos nos itens anteriores - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias (por dia)..... 65,00

07 - representantes comerciais, corretores, caixeiros, viajantes

agentes (autônomos)..... 100,00
despachantes, técnicos em contabilidade, contadores, auditores, guarda-livros (autônomos)..... 250,00
cobradores (autônomos)..... 100,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 087/2017

médicos, dentistas, veterinários, engenheiros, arquitetos, urbanistas, advogados, profissionais, economistas, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas, esteticistas..... 250,00

08 – escritórios

escritórios de contabilidade..... 250,00
agências de cobrança.....250,00
planejamento e assistência técnica (assessoria)..... 250,00
processamento de dados.....250,00
imobiliárias..... 300,00

ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza:

1 – auto escolas..... 250,00
2 – demais escolas..... 250,00

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

---

loteadoras..... 300,00
construtora sem geral e empreiteiras.....600,00
pavimentação e terraplanagem.....600,00

09 - empresas de transportes coletivo:

1 - Municipal.....400,00
2 - intermunicipal.....400,00
empresa de transporte de cargas c/ 01 caminhão.....100,00
empresa de transporte de cargas c/ 02 caminhões.....200,00
empresa de transporte de cargas c/ 03 caminhões.....300,00
empresa de transporte de cargas acima de 03 caminhões..... 500,00
empresa de turismo com Turismo c/ até 02 veículos.....200,00
empresa de turismo com Turismo acima de 02 veículos.....500,00

10 – armazéns

armazéns gerais e silos..... 200,00
depósitos fechados.....200,00
depósitos de gasolina, óleo diesel.....250,00
depósitos de gás liquefeito de petróleo.....250,00
depósitos de doces.....200,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 088/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

outros depósitos.....250,00

11 – cabeleireiros
barbeiros, manicuras e pedicuros, cabeleireiros, tratamento de pele e outros serviços de salão de beleza, excluindo esteticista.....100,00
banhos, duchas, massagens, ginástica e congênere.....100,00

12 – laboratórios
laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica.....500,00
laboratórios de prótese dentários.....500,00

13 – estacionamento de veículos.....450,00

14 – casas lotéricas.....300,00

15 – oficinas
oficinas mecânicas de veículos automotores.....250,00
oficinas de consertos de bicicletas e semelhantes.....120,00

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

---

auto - elétricas.....250,00
vulcanização e recauchutagem.....500,00
funilarias e pinturas de veículos.....250,00
oficinas e consertos de máquinas e implementos agrícolas.....250,00
oficinas mecanográficas ou de refrigeração.....250,00

Retíficas de motores.....250,00
Serviços de torno.....250,00
Mecânico em geral, vulcanizadores, funileiros, pintores de Veículos, torneiros – mecânicos (autônomos)..... 100,00
funileiros de utensílios.....100,00
oficinas de consertos de macacos hidráulicos.....100,00

16 - lavanderias.....120,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 089/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

17 - pedreiros, pintores, carpinteiros, eletricistas, encanadores, raspadores de tacos e assoalhos, marceneiros, calheiros (autônomos)..... 100,00

18 – motoristas e condutores
motoristas autônomos..... 100,00
condutores de veículos de tração animal.....25,00

19 – consertos, reformas
conserto de calçados.....100,00
consertos de aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos.....100,00
consertos de sacarias usadas.....100,00
consertos de veículos de tração animal.....100,00
reformas de móveis, estofados e semelhantes.....100,00
consertos de jóias e relógios.....100,00

20 - serrarias.....250,00

21 - serralheiras.....250,00

22 – marmorarias.....250,00

23 – máquinas e mercado:

NATUREZA DA ATIVIDADE	**ALÍQUOTAS EM REAIS**
máquinas de beneficiamento de café e algodão	400,00
máquinas de beneficiamento de amendoim e arroz	400,00
cooperativas, produção agrícola e outros	1.000,00
de crédito	1.500,00
de saúde	1.000,00
mercador de algodão, café, amendoim e sementes oleaginosas	450,00

24 – serviços
serviços de limpeza e conservação de imóveis.....250,00
serviço limpeza de fossas e similares.....250,00

25 – instalações de alta tensão.....400,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 090/2017

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

26 – publicidades e promoções artísticas.....300,00
organização e planejamento de festas, recepções, buffet e congêneres
I – recolhimento anual.....300,00
II – recolhimento diário.....50,00

27 – equipamentos
tipografias.....350,00
off-set.....350,00

28 – organização jornalística e emissora de radiodifusão.....350,00

29 – costureira e outros
alfaiates.....100,00
costureiras, bordadeiras, doceiras e churrasqueiros.....100,00
lavadeiras, faxineiras, empregadas domésticas, cozinheiras, engraxates.....10,00

30-quaisque outras atividades comerciais, agropecuárias, industriais e financeiras não incluídas nesta tabela, assim como quaisquer estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, que, de modo permanente ou temporário, prestem serviços ou exerçam atividades constantes da lista de serviços deste Código não incluído nesta tabela..... 100,00

Fl. Nº 108/2017
Processo 091/2017

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências".

Mensagem de veto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

.....

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

.....

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

.....

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

.....

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (Partes mantidas)

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

(VETADO);

XXIV - (VETADO);

XXV - (VETADO).

.....

§ 4º § 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput** ou no § 1º, ambos do art. 8º-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou

PLC nº 108/2017
092/2017

intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. (Partes mantidas)

"Art. 6º .....

.....

§ 2º .....

.....

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 3º desta Lei Complementar. (Partes mantidas)

§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 2º A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A: (Produção de efeito)

"Art. 8º-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no **caput**, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula."

Art. 3º A lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Lei Complementar.

Art. 4º A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), passa a vigorar com as seguintes alterações: (Produção de efeito)

"Seção II-A

Dos Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário

Art. 10-A. Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o **caput** e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003."

"Art. 12. .....

.....

Fl. Nº 108/2017 SEGOJ
Processo 093/2017 DN

IV - na hipótese prevista no art. 10-A, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

§ 13. Para os efeitos deste artigo, também se considera pessoa jurídica interessada o ente tributante que figurar no polo ativo da obrigação tributária de que tratam o § 4º do art. 3º e o art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003." (NR)

Art. 5º O art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º-A e 1º-B: (Produção de efeito)

"Art. 3º .....

.....

§ 1º-A. Na hipótese de pessoa jurídica promover saídas de mercadorias por estabelecimento diverso daquele no qual as transações comerciais são realizadas, excluídas as transações comerciais não presenciais, o valor adicionado deverá ser computado em favor do Município onde ocorreu a transação comercial, desde que ambos os estabelecimentos estejam localizados no mesmo Estado ou no Distrito Federal.

§ 1º-B. No caso do disposto no § 1º-A deste artigo, deverá constar no documento fiscal correspondente a identificação do estabelecimento no qual a transação comercial foi realizada.

....." (NR)

Art. 6º Os entes federados deverão, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei Complementar, revogar os dispositivos que contrariem o disposto no **caput** e no § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º O disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e no art. 10-A, no inciso IV do art. 12 e no § 13 do art. 17, todos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, somente produzirão efeitos após o decurso do prazo referido no art. 6º desta Lei Complementar.

§ 2º O disposto nos §§ 1º-A e 1º-B do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei Complementar, ou do primeiro dia do sétimo mês subsequente a esta data, caso este último prazo seja posterior.

Brasília, 29 de dezembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Marcos Pereira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2016

Fl. Nº 108/2017
Processo 094/2017

ANEXO

(Lista de serviços anexa à Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003)

"1 - .....

.....

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres.

.....

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

.....

6 - .....

.....

6.06 - Aplicação de tatuagens, **piercings** e congêneres.

7 - .....

.....

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

.....

11 - .....

.....

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

.....

13 - .....

.....

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 - .....

.....

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

.....

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

.....

16 - .....

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 - .....

.....

Fl. Nº 108/2017
Processo 095/2017

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

.....

25 - .....

.....

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

.....

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

.....

*

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências".

Mensagem de veto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016:

"Art. 1º A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 3º .....

.....

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

Fl. Nº 108/2017
Processo 096/2017

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

.....

§ 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput** ou no § 1º, ambos do art. 8º-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. (NR)'

'Art. 6º .....

.....

§ 2º .....

.....

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 3º desta Lei Complementar.

§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. (NR)'

.....

Brasília, 31 de maio de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

Este texto não substitui o publicado no DOU de 1º.6.2017

Fl. Nº 108/2017
Processo 097/2017

ATENÇÃO PREFEITOS – Vocês têm até o dia 30 de setembro para PUBLICAR a LEI que altera o seu Código Tributário (Novas regras do ISSQN).

set 18, 2017

Vocês têm até o dia 30 de setembro para PUBLICAR a LEI que altera o seu Código Tributário (Novas regras do ISSQN).
Se você não fizer até esta data, ela não poderá entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 2018.
Caso isso ocorra, você estará incurso na Lei de Responsabilidade Fiscal, por RENÚNCIA DE RECEITA.

Caso tenha dúvidas, nos procure: www.apaulista.org.br (site), ou 11-2165-9999

Não deixe de formalizar enquanto há tempo.

Carlos Cruz
Presidente

Fl. Nº 108/2017
Processo 098/2017

Art. 150.

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Fl. Nº 108/2017
Processo 099/2017

§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º - As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 7.º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Fl. Nº 108/2017
Processo 100/2017

Porto Alegre, 6 de outubro de 2017.

Orientação Técnica IGAM nº 26.161/2017.

I. O Poder Legislativo do Município de Estância Turística de Holambra, SP, através da Sra. Aline, solicita ao IGAM orientação sobre o Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2017, que atualiza a redação de dispositivos do Código Tributário Municipal, especialmente no tocante ao imposto sobre serviços.

II. A Constituição Federal, em seu art. 156, dispõe sobre os tributos de competência dos Municípios, que, portanto, deverão ser disciplinados em âmbito local, observadas as diretrizes federais.

O diploma constitucional, ainda, atribui ao Chefe do Poder Executivo a competência legislativa em matéria tributária, conforme o art. 61, § 1º, II, da CF, aplicado por simetria aos Municípios.

Desta forma, conclui-se por adequada a proposta ora analisada, sob o ponto de vista da iniciativa.

Além disso, em face da hierarquia das normas, sendo o Código Tributário do Município de Holambra objeto de lei complementar, nos termos do art. 41, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal (LOM), adequada a espécie legislativa adotada.

III. Em relação ao pedido de urgência mencionado na justificativa que acompanha a propositura, a Constituição Federal o estabelece no § 1º do art. 64, o qual se reproduz:

> Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
> § 1º **O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.** (Grifou-se)

As proposições escritas devem ser motivadas, ou seja, devidamente justificadas. Assim, a solicitação do Prefeito para a apreciação de proposição em regime de urgência (rito sumário) necessita estar acompanhada de motivos que evidenciem a real necessidade da adoção do procedimento.

Rua dos Andradas, 1560, 18º andar – Galeria Malcon Centro - Porto Alegre - RS - 90026-900
Fone: 51 3211.1527 - Fax: 3226.4808 - E-mail: igam@igam.com.br
Site: www.igam.com.br - Facebook: iGAM.institutogamma

Fl. Nº 108/2017
Processo

Em outras palavras, não pode o Poder Legislativo não aceitar o regime de urgência solicitado pelo Chefe do Poder Executivo, no entanto, seu requerimento deve estar acompanhado de justificativa (na exposição de motivos), sob pena de não ser reconhecido pelo Presidente da Câmara.

Assim, via de regra, cabe ao Presidente analisar se o pedido de tramitação da proposição em regime de urgência se encontra devidamente justificado, o que não se confunde com a motivação do objeto da proposição.

Tal sistemática não se aplica, no entanto, aos projetos de lei complementar, os quais seguem rito próprio, conforme determina o art. 38, § 3º, da LOM:

> Art. 38 (...)
> § 3º- As Leis concernentes ao Plano Diretor, à Expansão Urbana, ao Uso e Ocupação do Solo, ao Código Posturas, Código de Obras, Código Tributário e Revisão da Lei Orgânica Municipal e Revisão do Regimento Interno, bem como suas posteriores alterações, não poderão mesmo que, parcialmente, tramitar em regime de urgência especial ou regime de urgência.

A esse respeito, inclusive, o autor André Leandro Barbi de Souza discorre[1]:

> 43) O prefeito pode solicitar regime de urgência para a tramitação de projeto que trata de código ou que propõe alteração de códigos em vigor, como, por exemplo, o código tributário municipal?
> Não, a solicitação do regime de urgência não é admitida para a tramitação de projeto de lei que disponha sobre códigos (código de obras, código de posturas, código tributário, estatuto do servidor, plano diretor, código ambiental – normalmente posicionados, pela lei orgânica do município, como leis complementares), bem como para projeto que proponha alterações a essas matérias. De igual forma, não é admitido ao prefeito solicitar que a Câmara aprecie projetos de sua inciativa, em caráter de urgência, quando a matéria for própria de rito especial, como é o caso, por exemplo, do projeto de lei do orçamento ou de projetos de lei que alterem o orçamento, mediante autorização para abertura de créditos.

Sendo assim, no caso, torna-se inaplicável o trâmite da propositura em regime de urgência, consoante solicitação do Prefeito constante na justificativa.

IV. Em relação ao mérito, o ISS é um dos tributos de competência dos Municípios por determinação do inciso I do art. 156 da Constituição Federal. Por sua vez, a Lei Complementar nº 116, de 2003, consideradas as modificações

[1] SOUZA, André Leandro Barbi de. O que é ser vereador em perguntas e respostas. Porto Alegre: IGAM Editora, 2017, 49.

Fl. Nº 108/2017
Processo 102/2017

determinadas pela Lei Complementar nº 157, de 2016, define alguns requisitos gerais para a instituição do ISS, como base de cálculo, lista de serviços sujeitos à retenção, dentre outros.

Embora previsto na Lei Complementar nº 116, o Município, para poder cobrar o ISS, deverá ter reproduzida a lista em sua legislação própria.

Em suma, o Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2017, tem o condão de atualizar a legislação municipal às novas diretrizes concernentes à cobrança do ISS, em face do disposto na LC nº 116, de 2003, recentemente modificada pela LC nº 157, de 2016.

É elementar que a Administração Tributária atualize a legislação local quanto às disposições acerca das normas gerais em matéria tributária, para que o contribuinte não reste lesado, em face de circunstâncias previstas em lei, porém não contempladas pelo ordenamento local, e, portanto, impossível de aplicação pela autoridade competente no Município, conforme se faz por meio da propositura em apreço.

No caso, observam-se reprisadas algumas das disposições constantes na Lei Complementar nº 116, de 2003, especificamente a partir da nova redação estabelecida pela LC nº 157, de 2016.

No entanto, verifica-se inadequação dos dispositivos a serem modificados, a partir da propositura, em relação à forma empregada, em termos de técnica legislativa.

Isso porque, por exemplo, o art. 59 do CTM, com a alteração pretendida através da propositura, passaria a dispor apenas de caput, sem a manutenção de seus dois parágrafos. O art. 60, por seu turno, deixaria de prever os incisos de I ao IX, vez que a propositura inicia a contagem dos desdobramentos a partir do inciso X.

Além disso, salvo melhor juízo, o CTM atualmente vigente não conta com arts. 67A, 67B e 67C, muito embora o projeto de lei não refira a criação de tais dispositivos, o mesmo valendo para o art. 88A.

Importante, portanto, que sejam especificadas as alterações redacionais, os acréscimos e supressões ao texto vigente, sob pena de inaplicabilidade da norma ao caso concreto.

Em suma, nada obsta que sejam aplicadas na legislação tributarista municipal as modificações legislativas oriundas da Lei Complementar nº 157, de 2016, como, em tese, se pretende, desde que sejam alterados os dispositivos correlatos, atualmente vigentes, adequadamente, sob pena de tornar inaplicáveis as medidas propostas e, portanto, inviabilizar a propositura.

Rua dos Andradas, 1560, 18º andar – Galeria Malcon Centro - Porto Alegre - RS - 90026-900
Fone: 51 3211.1527 - Fax: 3226.4808 - E-mail: igam@igam.com.br
Site: www.igam.com.br - Facebook: IGAM.institutogamma

Fl. Nº 108/2017
Processo 103/2017

Sendo assim, recomenda-se às Comissões que sejam verificadas as remissões ao texto legal e sua adaptação frente ao texto a ser modificado, desde já sendo esclarecido que, para fins da presente análise, foi tomado por base a legislação disponível no site oficial da Câmara Municipal de Holambra[2].

Ademais, a propositura deve observar, naquilo que toca à criação ou majoração das hipóteses de incidência do ISS, ao princípio da anterioridade, o que significa que, para o início de sua vigência no ano de 2018, deverá necessariamente estar devidamente publicada em 2017; e ao princípio da noventena, devendo, assim, serem contados noventa dias da data da publicação da lei para que inicie a surtir seus efeitos[3]. As disposições gerais, isto é, aquelas que não tratam da criação ou da majoração de incidência do imposto não se submetem aos limites, tendo, pois, eficácia plena desde a publicação da lei.

Portanto, importante que sejam observados os princípios da anterioridade de exercício e da anterioridade nonagesimal (art. 150, III, da CF), o que também não é considerado pela propositura.

V. Em relação à legística, à luz do disposto na Lei Complementar Federal nº 95, de 1998, recomenda-se que a formatação da propositura não apresente destaques a partir do uso de negrito ou sublinhado, admitindo-se o formato itálico para as expressões estrangeiras (smartphone, por exemplo).

Os artigos, até o 9º, deverão estar acompanhados do símbolo "º" e não "º", pois o segundo se refere à simbologia adotada para medição de temperatura.

Ainda nesse sentido, os artigos (até o 9º) e os parágrafos (exceto no caso de "parágrafo único") não deverão ser seguidos de ponto ou traço.

---

[2] Disponível em: <http://consulta.siscam.com.br/camaraholambra/arquivo?Id=11118> e <http://consulta.siscam.com.br/camaraholambra/arquivo?Id=10344>. Acesso em: 4 out. 2017.

[3] Constituição Federal
Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
(...)
III - cobrar tributos:
a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Grifou-se)

Fl. Nº 108/2017
Processo 904/2017

VI. Por todo o exposto, conclui-se pela inviabilidade do Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2017, da forma em que se encontra.

Atentando-se à necessidade do consulente, no entanto, no sentido de atualização da legislação municipal frente às alterações oriundas da Lei Complementar nº 157, de 2016, segue, em anexo, minuta referente à matéria, passível de ser aplicável ao caso concreto, desde que devidamente adaptada aos termos do CTM.

O IGAM permanece à disposição.

Vinícius de Moura e Souza
OAB/RS 105.246
Consultor do IGAM

Rita de Cássia Oliveira
OAB/RS 42.721
Consultora do IGAM

Rua dos Andradas, 1560, 18º andar – Galeria Malcon Centro - Porto Alegre - RS - 90026-900
Fone: 51 3211.1527 - Fax: 3226.4808 - E-mail: igam@igam.com.br
Site: www.igam.com.br - Facebook: IGAM.institutogamma

Fl. Nº 108/2017
Processo 905/2017

Projeto de lei complementar nº , de 2017.

Altera e acresce dispositivos na Lei nº _____, de _____ de _____ de _____, e dá outras providências

Art. 1º Altera a redação dos incisos ___, ___ e ___ da Lei nº _____, de ____ de _____ de _____, que passa a viger nos seguintes termos:

Art. xx [...]
____ - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;
[...]
____ - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;
[...]
____ - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;
[...]

Art. 2º Acresce os incisos ____, ____ e ____, no art. ___, da Lei nº _____, de ___ de _____ de _____:

Art. xx[...]
_____- do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;
_____- do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;
_____ - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

Art. 3º Acresce os §§__º e __º, ao art. __, da Lei nº _____, de ____ de _____ de _____, e passa a viger mantidos os demais dispositivos, com a seguinte redação:

Art. xx.
[...]
§__º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município de Serafina Correa, se for

Rua dos Andradas, 1560, 18º andar – Galeria Malcon Centro - Porto Alegre - RS - 90026-900
Fone: 51 3211.1527 - Fax: 3226.4808 - E-mail: igam@igam.com.br
Site: www.igam.com.br - Facebook: IGAM.institutogamma

Fl. Nº 108/2017
Processo 306/2017

domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§__º Caberá as administradoras de cartão de crédito e débito, prestadoras dos serviços descritos no subitem 15.01, levar à registro a locação ou comodato, dos terminais eletrônicos ou as máquinas utilizadas nas operações efetivadas no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 4º Altera e acresce itens na lista de serviços, prevista no art. ____, da Lei nº _____, de __ de _____ de ____, que passa a viger com a seguinte redação:

Art. xx. [...]
[...]
1. [...]
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres.
[..]
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).
[...]
6. [...]
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.
[...]
7. [...]
7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
[..]
11. [...]
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.
[...]
13. [...]
13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e

Rua dos Andradas, 1560, 18º andar – Galeria Malcon Centro - Porto Alegre - RS - 90026-900
Fone: 51 3211.1527 - Fax: 3226.4808 - E-mail: igam@igam.com.br
Site: www.igam.com.br - Facebook: IGAM.institutogamma

Fl. Nº 108/2017
Processo 107/2017

fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

[...]

14. [...]

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

[...]

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

[...]

16. [...]

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

[...]

17. [...]

17.24 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

[...]

25. [...]

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

[...]

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor:

I – na data de sua publicação, quanto aos acréscimos à Lei _____, de ___ de _____ de _____, trazidas art. __º e __º, desta lei.

II – entram em 90 dias a contar de sua publicação, repercutindo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2018, quanto as alterações trazidas no art. 4º desta lei.

Rua dos Andradas, 1560, 18º andar – Galeria Malcon Centro - Porto Alegre - RS - 90026-900
Fone: 51 3211.1527 - Fax: 3226.4808 - E-mail: igam@igam.com.br
Site: www.igam.com.br - Facebook: IGAM.institutogamma

Fl. Nº 108/2017
Processo 108/2017

Cartório de Holambra Daniel de Araújo Corrêa
Oficial / Tabelião
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Município de Holambra da Comarca de Mogi Mirim / SP

EDITAL DE PROCLAMAS

Nº 915
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1525, números 1, 3, 4 e 5, do Código Civil Brasileiro: PATRICK WILHERLMUS CASPAR PETERS, nacionalidade Holandesa, estado civil divorciado, profissão comerciante, nascido em Holanda no dia vinte e um de dezembro de mil novecentos e sessenta e oito (21/12/1968), residente e domiciliado na Rua Campo de Pouso, 607, Centro, Holambra, SP, filho de PETRUS HUBERTUS CASPAR PETERS e de THEODORA THERESIA KRAMER PETERS.
RENATA CARVALHO SILVA, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, profissão gerontóloga, nascida em Teresina, PI, no dia quatro de setembro de mil novecentos e oitenta e oito (04/09/1988), residente e domiciliada na Rua Campo de Pouso, 607, Centro, Holambra, SP, filha de LUIZ EDVAN RODRIGUES SILVA e de VALDA MARIA MENDES CARVALHO SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado na imprensa local.

Nº 916
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1525, números 1, 3 e 4, do Código Civil Brasileiro:
CRISTIANO DE OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, profissão serviços gerais, nascido em Girau do Ponciano AL, no dia onze de fevereiro de mil novecentos e noventa e três (11/02/1993), residente e domiciliado na Rua Maranta, 206, Parque Residencial Groot, Holambra, SP, filho de DIONIZIO DOMINGOS DE OLIVEIRA e de LUCIENE MARIA DA CONCEIÇÃO.
ELIZABETH BARBOSA DE MORAES, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, Profissão serviços gerais, nascida em Cosmópolis-SP (registrada em Artur Nogueira-SP), no dia três de julho de mil novecentos e setenta e oito (03/07/1978), residente e domiciliada na Rua Aroeira, 279, Parque Residencial dos Ipês, Holambra, SP, filha de CEZAR BARBOSA DE MORAES e de ESTERLINA CHAVES DE MORAES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado na imprensa local.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Lavro o presente para ser afixado NESTE Registro Civil e publicado na imprensa local.

VARA ÚNICA

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA AÇÃO DE USUCAPIÃO, PROCESSO Nº 1000631-46.2016.8.26.0363

O(A) MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA, DO FORO DE ARTUR NOGUEIRA, ESTADO DE SÃO PAULO, DR.(A) PAULO ENRIQUE ADUA CORRÊA, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER AOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS INTERESSADOS, BEM COMO SEUS CONJUGES E/OU SUCESSORES, QUE PAULO CESAR DE CAMPOS E ALCINDO RIBEIRO DA SILVA, AJUIZOU(RAM) AÇÃO DE USUCAPIÃO, VISANDO POSSE DO IMÓVEL REGISTRADO SOB Nº 74.742 JUNTO AO C.R.I. DE MOGI MIRIM ALEGANDO POSSE MANSA E PACÍFICA NO PRAZO LEGAL. ESTANDO EM TERMOS, EXPEDE-SE O PRESENTE EDITAL PARA CITAÇÃO DOS SUPRA MENCIONADOS PARA CONTESTAR, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, A FLUIR APÓS O PRAZO DE 30 DIAS. NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO, O RÉU SERÁ CONSIDERADO REVEL, CASO EM QUE SERÁ NOMEADO CURADOR ESPECIAL. SERÁ O PRESENTE EDITAL, POR EXTRATO, AFIXADO E PUBLICADO NA FORMA DA LEI. NADA MAIS. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE ARTUR NOGUEIRA, AOS 30 DE AGOSTO DE 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

COMUNICADO A POPULAÇÃO

Para fins de cumprimento ao disposto no §4º, do artigo 38, da Lei Orgânica Municipal c.c. o artigo 150, inciso 3, alínea "b", da Constituição Federal, comunicamos que encontram-se a disposição dos interessados na Câmara Municipal, para exame e apresentação de emendas, o Projeto de Lei Complementar nº012/2012, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar Municipal nº. 121 de 27 de dezembro de 2001, e alterações, que aprova o Código Tributário do Município de Holambra e dá outras providências".

Câmara Municipal da Estância
Turística de Holambra, 18 de setembro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Este edital custou aos cofres públicos R$ 87,30
(oitenta e sete reais e trinta centavos)

EDITAL

Nos termos da legislação em vigor, ficam convocados, por este Edital, todos os eleitores filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, neste município, para a Convenção Municipal que será realizada no dia 08 de outubro de 2017, com início às 9 horas e encerramento às 11 horas, no Sitio Palmeirinha, bairro Palmeiras, Holambra - SP, com a seguinte ORDEM DO DIA

a) Eleição, por voto direto e secreto, do Diretório Municipal, que será constituído de 21 membros e de 7 suplentes;
b) Eleição, por voto direto e secreto, de 3 Delegados e igual número de suplentes à Convenção Estadual;
c) Eleição do Conselho de Ética e Disciplina, constituído de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Na mesma data, serão eleitos, por voto direto e secreto, a Comissão Executiva Municipal e seus suplentes, e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em reunião do Diretório Municipal eleito, convocada por este Edital para às 11:30 horas, sendo o início do credenciamento dos suplentes às 11:05 horas, no mesmo local.

Informamos que no dia 26/09/2017, das 13 às16 horas, a Comissão Executiva manterá plantão, no sitio Santo Antonio, bairro Palmeiras (Rosas Esperança), para protocolar o requerimento para registro de chapas completas, obedecendo ao art. 25 § 7º do Estatuto do PSDB.

Holambra, 20 de setembro de 2017

Miguel Renato Esperança
Presidente da Comissão Executiva Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 005/2017

A Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 239, inciso I e II, do Regimento Interno, da Câmara Municipal, expede o presente edital de convocação, para Audiência Pública que ocorrerá no dia 18 de outubro de 2017 (quarta-feira), às 18 horas, nesta Casa de Leis, para discussão das seguintes proposituras:
1- PROJETO DE LEI Nº. 025/2017, QUE "ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCICIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

2- PROJETO DE LEI Nº026/2017, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO PLURANUAL DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O QUADRIÊNIO DE 2018 A 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

Fica encarregada da Audiência Pública a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 19 de setembro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Este edital custou aos cofres públicos R$ 128,40
(cento e vinto e oito reais e quarenta centavos)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Holambra

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente Edital ficam convocados todos os associados deste sindicato que estejam em plenos direitos e em condições de votar a fim de participarem da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28 de setembro de 2017, às 19:30 (dezenove horas e trinta minutos) em primeira convocação, na sede social, sito à Avenida Rota dos Imigrantes nº 620 – centro – Holambra (SP), à fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior: b) leitura e discussão das peças contábeis que integram o Balanço Financeiro do Exercício de 2016; e c) Parecer do Conselho Fiscal. Nota. Não havendo "quórum" suficiente para realização da assembleia em primeira convocação, fica marcada outra para meia hora após e que se realizará com qualquer número de sócios presentes.

Holambra (SP), 22 de setembro de 2017.

Norival Guadaghin - Presidente









Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER JURÍDICO

Considerando o Projeto de Lei Complementar nº 012-2017, que "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS Á LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E ALTERAÇÕES – APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

Considerando que em análise à sua legalidade e constitucionalidade, tem-se por primeira análise, que a iniciativa de leis que versem sobre matéria tributária, é atribuída ao chefe do Poder Executivo, em simetria ao estabelecido pela Constituição Federal, no Artigo 61, § 1º, II;

Considerando que as alterações propostas vêm de encontro às determinações contidas na Lei Federal nº 116, de 2003, modificada pela Lei Complementar nº 157 de 2016, que definiu alguns requisitos gerais para a instituição e cobrança de ISS – Imposto sobre Serviços, pelos municípios, e, desta forma, para poder cobrar tal imposto, o Município deve adequar seu Código Tributário a estas diretrizes;

Considerando que existem algumas falhas, de ordem técnica, que merecem correção, para que não causem dúvidas quanto à aplicabilidade da norma, como por exemplo, traz no Art. 1º do projeto de lei, "que os dispositivos da lei vigente passam a vigoram com a seguinte redação", mas, não aplica fielmente todos os incisos e parágrafos existentes, ficando subentendido que continuam em vigência. É necessário que fique claro, conforme orienta a Lei Complementar nº 95/1998. Outro ponto, é que se incluem os Artigos 67 A, 67B, 67C e 88 A, e não se tratam de alterações. Tais exemplos se tornarão melhor esclarecidos nas sugestões de emendas, de ordem técnica, anexas a este parecer.

No que se referem ao mérito das alterações propostas, todas fazem correlação às determinações de adequações impostas aos municípios, pela Lei Complementar Federal nº 157/2016. A lista de serviços foi alterada de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Federal, sendo as alíquotas estabelecidas pelo município, com a alíquota mínima de 2%, conforme determinação da Lei Federal. As alterações podem ser observadas em negrito na tabela em anexo no projeto de lei.

No que se refere à aplicabilidade da lei, há que se respeitar o princípio constitucional da anterioridade nonagesimal – CF, art. 150, III, e desta forma, a partir da promulgação da lei, os novos tributos poderão ser cobrados, de fato, 90 dias após.

Fl. Nº 108/2017
Processo 109/2017

Ressalte-se, ainda, a necessidade de se respeitar o mandamento da Lei Orgânica, Artigo 38, § 4°, o qual determina que o Projeto deve ficar por 30 dias a disposição da população para conhecimento, e, ainda, a realização de Audiência Pública, conforme determina o Artigo 239 do Regimento Interno.

Assim, feitas estas observações, Concluímos que o Projeto de Lei em questão, possui total viabilidade jurídica e técnica, podendo ser levado à análise das Comissões para deliberação.

Este, S.M.J. é o parecer,

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 16 de outubro de 2017.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB-SP 299.268

Roberto Laffythy Lino
Diretor Jurídico

Fl. Nº 108/2017
Processo 130/2017

Cartório de Holambra Daniel de Araújo Corrêa
Oficial / Tabelião
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Município de Holambra da Comarca de Mogi Mirim / SP

EDITAL DE PROCLAMAS

Nº 919
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1525, números 1, 3 e 4, do Código Civil Brasileiro:
RÔMULO AUGUSTO RAMOS, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, profissão engenheiro agrônomo, nascido em Campinas-SP (registrado no 2° Subdistrito Santa Cruz) no dia quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e dois (04/10/1982), residente e domiciliado na Rua Gloxínia, 144, Jardim das Tulipas, Holambra, SP, filho de ALEXANDRE DE SOUSA RAMOS e de MARA REGINA MARCHETTI RAMOS.
DENISE SOMMER MARQUES, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, profissão bióloga, nascida em São Luiz Gonzaga, RS, no dia vinte e oito de março de mil novecentos e oitenta e seis (28/03/1986), residente e domiciliada na Rua Gloxínia, 144, Jardim das Tulipas, Holambra, SP, filha de PAULO ADEMIR SANT' ANA MARQUES e de CLEUSA MARIA SOMMER MARQUES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado na imprensa local.

Nº 920
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1525, números 1, 3 e 4, do Código Civil Brasileiro:
MÁRIO LUCIO DE LIMA, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, profissão auxiliar de produção, nascido em Conselheiro Mairinck PR, no dia quinze de agosto de mil novecentos noventa e cinco (15/08/1995), residente e domiciliado no Sítio Theodoro Van Kampen, s/nº, no Bairro Fundão, Holambra, SP, filho de VALDINEIA DE SOUZA LIMA OLIVEIRA.
PAMELA CRISTINA MILHARES DE SOUZA, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, profissão auxiliar de laboratório, nascida em Mogi Mirim-SP (registrada em Artur Nogueira-SP), no dia treze de outubro de mil novecentos e noventa e oito (13/10/1998), residente e domiciliada no Sítio Uniplant, s/nº, Bairro Fundão, Holambra, SP, filha de EDERALDO GOMES DE SOUZA e de ROSELI DE CAMPOS MILHARES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado na imprensa local.

Nº 921
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1525, números 1, 3 e 4, do Código Civil Brasileiro:
RODRIGO PAULINO DE MELO SOUZA, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, profissão trabalhador rural, nascido em Arapiraca AL, no dia quatorze de maio de mil novecentos e noventa e oito (14/05/1998), residente e domiciliado na Rua A, 32, Parque Residencial dos Imigrantes, Holambra, SP, filho de SEVERINO PAULINO DE SOUZA e de JOSEFA DE MELO.
JANICLEIDE SOUSA SILVA, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Arapiraca-AL (registrada em São Sebastião-AL), no dia oito de abril de mil novecentos e noventa e três (08/04/1993), residente e domiciliada na Rua A, 32, Parque Residencial dos Imigrantes, Holambra, SP, filha de ANTONIO FRANCISCO FILHO e de MARICLEIDE SOUZA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado na imprensa local.

Nº 922
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1525, números 1, 3, 4 e 5, do Código Civil Brasileiro:
JOAQUIM FRADE, nacionalidade brasileira, estado civil viúvo, profissão aposentado, nascido em Artur Nogueira SP, no dia dezoito de junho de mil novecentos e quarenta e oito (18/06/1948), residente e domiciliado na Rua Antonio Jorge Frade, 38, Centro, Holambra, SP, filho de ANTONIO FRADE e de BENTA FRADE.
MARIA DE PAULA DA SILVA, nacionalidade brasileira, estado civil divorciada, profissão diarista, nascida em Uraí, PR , no dia oito de novembro de mil novecentos e setenta e quatro (08/11/1974), residente e domiciliada na Rua Antonio Jorge Frade, 38, Centro, Holambra, SP, filha de LUIZ DE PAULA SILVA e de IVANIR MAZALI DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado na imprensa local.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Nº. 005/2017

A Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 239, inciso I e II, do Regimento Interno, da Câmara Municipal, expede o presente edital de convocação, para Audiência Pública que ocorrerá no dia 18 de outubro de 2017 (quarta-feira), às 18 horas, nesta Casa de Leis, para discussão das seguintes proposituras:

1- PROJETO DE LEI Nº. 025/2017, QUE "ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCICIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
2- PROJETO DE LEI Nº026/2017, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O QUADRIÊNIO DE 2018 A 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

Fica encarregada da Audiência Pública a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 19 de setembro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Este edital custou aos cofres públicos R$ 128,40
(cento e vinte e oito reais e quarenta centavos).

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Nº. 006/2017

A Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 239, inciso V, do Regimento Interno, da Câmara Municipal, expede o presente edital de convocação, para Audiência Pública que ocorrerá no dia 25 de outubro de 2017 (quarta-feira), às 18 horas, nesta Casa de Leis, para discussão da seguinte propositura:

1-PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2017, QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Fica encarregada da Audiência Pública as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de outubro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Este edital custou aos cofres públicos R$ 118,70
(cento e dezoito reais e setenta centavos)













Fl. Nº 10/2017 Processo 112/2017 11/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 03 de outubro de 2017.

Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em cumprimento ao artigo 211, parágrafo único da Resolução nº. 165/2012 (Regimento Interno) encaminho o Projeto de Lei Complementar nº. 012/2017, que "Altera e acrescenta dispositivos a Lei Complementar Municipal nº 121 de 27 de dezembro de 2001, e alterações, que aprova o Código Tributário do Município de Holambra e dá outras providências".

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 77, inciso "V", do Regimento Interno.

Holambra, 03 de outubro de 2017.

VEREADORA JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 77, inciso V do Regimento Interno, designo para relator ao Projeto de Lei nº. Complementar 012/2017, o **Vereador Jesus Aparecido de Souza.**

VEREADORA JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Recebi, em 03 de outubro de 2017, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fl. Nº 111/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Câmara Municipal, em 11 de outubro de 2017.

Ofício nº. 129/2017 – Gabinete da Presidência

CÓPIA

Assunto: *Encaminha Ofício da Comissão Permanente*

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, em cumprimento as normas regimentais, tenho a satisfação de, pelo presente, encaminhar a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, o Ofício nº09/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, referente a providências para realização de Audiência Pública necessária ao PLC 12/2017.

Sem mais para o momento, reitero nossos votos de respeito e consideração.

Cordialmente,

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Protocolo
Prefeitura Municipal da Est. Tur. Holambra
Nº de Ordem 5443/2017
Fls. nº
Livro nº
Data do entrega 17
Rubrica

A Sua Excelência o Senhor,
Dr. FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Fl. Nº 113/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 009/2017–COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E COMISSÃO E ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Câmara Municipal, em 11 de outubro de 2017

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara,

Os Presidentes das respectivas Comissões, Vereadora JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN e Vereador EDISON ITAMAR PICÃO, em cumprimento as normas regimentais, vem através deste, solicitar que a Presidente desta Casa de Leis, tome as medidas necessárias para REQUERER ao Prefeito municipal, para que o mesmo convoque o seu Diretor de Finanças e sua equipe técnica que detém conhecimento sobre o tema abaixo em questão, para comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, que ocorrerá no próximo dia 25 de Outubro de 2017, às 18 horas, nesta Casa de Leis, situada à Avenida das Tulipas, 45 – Centro – Holambra/SP, para discussão da seguinte propositura:

1 – Projeto de Lei Complementar nº 12/2017- "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121/2001 E ALTERAÇÕES QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Tal pedido se faz necessário para que todas as dúvidas e esclarecimentos sejam prestados às Comissões em referência e demais presentes na referida Audiência Pública.

Sendo só para o momento, reiteramos nossos votos de respeito de consideração.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Vereadora/Presidente

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EDISON ITAMAR PICÃO
Vereador/Presidente

Excelentíssima Senhora
NAIARA REGITANO HENDRIKX
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Fl. Nº 334/2017
Processo 108/2017

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Conforme Lei Municipal nº 894, de 02 de maio de 2017

www.holambra.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/holambra

PODER LEGISLATIVO DE HOLAMBRA

Atos Oficiais

Portarias

Portaria nº 043, de 17 de outubro de 2017

Dispõe sobre a convocação de funcionários para prestação de serviços em horário extraordinário.

Outros Atos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2017

A Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 239, inciso V, do Regimento Interno, da Câmara Municipal, expede o presente edital de convocação, para Audiência Pública que ocorrerá no dia 25 de outubro de 2017 (quarta-feira), às 18 horas, nesta Casa de Leis, para discussão da seguinte propositura:

1- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2017, QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Fica encarregada da Audiência Pública as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de outubro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX

Vereadora/Presidente

Fl. Nº 135/2017 4
108/2017
Processo



Fl. Nº 136/2017 4
Processo 108/2017



Assunto: **Fw: OFÍCIO: Regulamentação do ISS**
Para: LUCAS BARBOSA SIMIONI <simioni.lb@hotmail.com>,
MÁRIO LUIZ SITTA <mlsitta@hotmail.com>,
Jesus Da Farmacia <jesus.ap.desouza@gmail.com>,
"edisonvereador@camaraholambra.sp.gov.br" <edisonvereador@cam
Jacinta Elizabeth Van Den Broek Heijden <jacinta@camaraholambra.c
Roberto Laffythy Lino <laffythy@uol.com.br>,
Aline - Juridico <juridico@camaraholambra.com.br>,
Jorge Lander Kenworthy <landerk@gmail.com>,
Melinho Eva Tagliari <reinaldo.tagliari@superig.com.br>,
Aparecido Lopes Da Silva Lima <cidourso_holambrasp@hotmail.com>
"serjaoholambra@gmail.com" <serjaoholambra@gmail.com>,
"eduardovereador@camaraholambra.sp.gov.br" <eduardovereador@c

PSC 12/2017. 2

Data: 24/10/17 21:28
De: Naiara Regitano Hendrikx <naiararegitano@yahoo.com.br>

Repassando,

(Caso não consiga visualizar o email, por favor, utilize esse link.)

Município forte. Brasil forte. CNM

Of. Circular nº 0098/2017_CNM/BSB

Brasília, 24 de outubro de 2017

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
vereador(a)

Fl. Nº 117/2017 4
Processo 108/2017

Assunto: ***Regulamentação do ISS***

Prezados/as Senhores/as,

1. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) informa importante ação que deve ser realizada pelas Câmaras Municipais tendo em vista a derrubada dos vetos à Lei do Imposto Sobre Serviço (ISS), de competência dos Municípios, que promove a redistribuição das receitas de cartões de crédito/débito, leasing e planos de saúde (Lei Complementar 157, de 30 de dezembro de 2016).

2. A partir de uma intensa mobilização do movimento municipalista, em maio de 2017, o Congresso Nacional derrubou os vetos presidenciais. Dessa forma, cabe aos Municípios editar suas leis, ainda em 2017, a fim de que a redação possa viger a partir de 2018, sendo necessário observar os princípios constitucionais da Anterioridade do Exercício e da Anterioridade Nonagesimal.

3. Nesse aspecto, a atuação do Poder Legislativo municipal é essencial na aprovação do texto

encaminhado pelo Executivo. A matéria sendo aprovada trará importantes recursos para o Município e poderá contribuir para a elaboração das políticas públicas de forma a atender às necessidades da população em áreas fundamentais, tais como educação, saúde, segurança etc. Além do mais, a mencionada atualização auxiliará o Município a ter mais autonomia fiscal, dependendo menos de recursos estaduais e federais para o atendimento de suas demandas.

4. Diante do exposto, a CNM recomenda que os Municípios que ainda não promoveram a atualização do normativo a façam em REGIME DE URGÊNCIA.

5. Certa do atendimento à recomendação, a Confederação disponibiliza contatos para eventuais orientações e esclarecimentos que se fizerem necessários: (61) 2101-6009/6021 ou e-mail: financas@cnm.org.br.

Atenciosamente,

Paulo Ziulkoski
Presidente

St. de Grandes Áreas Norte
Quadra 601 Módulo N, Brasília/DF
CEP: 70.830-010

Fone: (61) 2101-6000
Email: atendimento@cnm.org.br

Participe das redes sociais da CNM:

© 2017 Confederação Nacional de Municípios (CNM)

Fl. Nº 338/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Avenida das Tulipas, 45, Holambra – Estado de São Paulo

LISTA DE PRESENÇA PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA, A REALIZAR-SE NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 18 HORAS, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 012/2017, QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

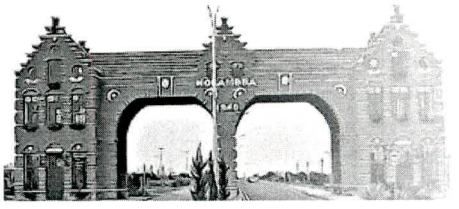
Nº. ORDEM	*NOMES*	*ENTIDADE*
001	Jaiuta E. V. d. B. Heyden	Câmara M.
002	Alexandre da Cunha Moreira	Prof. Mun.
003	João Carlos Pinheiro	
004	Israel M. Saraiva	Prefeitura
005	Jorge Louden Kenworthy	SMT - Câmara
006	Naiara R. Hendrikse	Setran
007	Lucas Simai	
008	Mauro Sergio de Oliveira	
009		
010		
011		
012		
013		
014		
015		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 139/2017

Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de Ho



AUDIÊNCIA PÚBLICA ABORDA ALTERAÇÕES NO ISSQN

Encontro aconteceu no último dia 25, no plenário da Câmara

Publicado em: 26 de outubro de 2017



A Câmara de Holambra promoveu na última quarta-feira, dia 25, audiência pública sobre alteração no Código Tributário municipal. As mudanças estão previstas no Projeto de Lei Complementar 12/2017, de autoria do Executivo, que promove mudanças no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza(ISSQN), atendendo Lei Complementar Federal promulgado em maio deste ano. Além de incluir serviços anteriormente não previstos, a propositura fixa a alíquota mínima em 2%, além de determinar que o recolhimento deve ser realizado no município onde o serviço foi prestado.

A audiência foi conduzida pela presidente da comissão de Constituição, Justiça e Redação(CCJ), Jacinta Heijden, e contou com a colaboração do diretor de Finanças e Contabilidade de Holambra, Ivan Pinheiro, do advogado da Prefeitura Alexandre Moreira, e do fiscal tributário Israel Sarafim. Também participaram do encontro os vereadores Lucas Simioni e Jesus da Farmácia (também da CCJ), Mario Sitta (da comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade), Naiara Hendrikx e Serjão. O projeto segue sob análise das comissões e precisa passar por duas votações na Câmara para ser aprovado.





Publicado por: Jorge Lander Kenworthy

Cadastre-se e receba notícias em seu email

CATEGORIA: **NOTÍCIAS DA CÂMARA**

Notícias Relacinadas

Vereadores preparam revisão da Lei Orgânica do Município

Vereadores jovens apresentam nove indicações na última sessão ordinária do ano

Comemorações do 26º aniversário de Holambra

Câmara aprova reparcelamento de débitos previdenciários da Prefeitura

Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias são tema de audiência pública na Câmara

Fl. Nº 120/2017-4
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 03 de outubro de 2017.

À COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

Em cumprimento ao artigo 211, parágrafo único da Resolução nº. 165/2012 (Regimento Interno) encaminho o Projeto de Lei Complementar nº. 012/2017, que "Altera e acrescenta dispositivos a Lei Complementar Municipal nº 121de 27 de dezembro de 2001, e alterações, que aprova o Código Tributário do Município de Holambra e dá outras providências".

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 77, inciso "V", do Regimento Interno.

Holambra, 03 de outubro de 2017.

VEREADOR EDISON ITAMAR PICÃO
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 77, inciso V, do Regimento Interno, designa para Relator do Projeto de Lei nº. 026/2017, o **Vereador Edison Itamar Picão.**

VEREADOR EDISON ITAMAR PICÃO
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Recebi em 03 de outubro de 2017, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Fl. Nº 821/2017 4
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 AO PLC 012/2017

O Artigo 1º, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Por força da presente Lei, os dispositivos abaixo enumerados da Lei Complementar Municipal nº 121, de 27 de Dezembro de 2001, e alterações realizadas pela Lei Complementar nº 154 de 19 de novembro de 2004, que aprovou o Código Tributário do Município de Holambra, passam a vigorar com as seguintes redações e inclusões:"

Justificativa:

Tal emenda se justifica, tendo em vista que os dispositivos apresentados, não se tratam apenas de alterações no texto da norma vigente, mas também de inclusões, como por exemplo, incisos, XXI e XXII do Art. 60, §§ 4º a 6º do mesmo Artigo.

Tratam-se também de inclusões, os Artigos 67-A, 67-B, 67-C e 88-A. Desta forma, para cumprir as regras de ordem técnica, trazidas pela Lei Federal nº 95/1998, apresentamos a presente emenda para maior clareza e aplicabilidade da norma.

Vereadores:

Fl. Nº 122/2017
Processo 108/2017

LIDO EM SESSÃO DE 06/11/2017
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 05
CONTRÁRIOS 03
ABSTENÇÕES 00
06/11/17
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra
Nº PROTOCOLO: 00606/2017
Data: 31/10/2017 Hora: 09:28
Documento: Diversos Nº 1/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02 AO PLC 012/2017

O Artigo 2º, passa a ter a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 2º - O ANEXO I (Lista de Serviços – ISSQN) da Lei Complementar nº 121/2001, alterada pela Lei Complementar nº 154/2004, passa a vigorar com a seguinte redação e alíquotas:"

(segue novo Anexo I do projeto de Lei nº 012/2017)

Justificativa:

Tal emenda se faz necessária, tendo em vista que a propositura faz alterações no anexo, entretanto, não o menciona em suas alterações.

Vereadores:

LIDO EM SESSÃO
DE
06 / 11 / 2017
PRESIDENTE

Fl. Nº 028/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal de Holambra

Nº PROTOCOLO: 00607/2017
Data: 31/10/2017 Hora: 09:30
Documento: Diversos Nº 2/2017

APROVADO
FAVORÁVEIS 05
CONTRÁRIOS 03
ABSTENÇÕES 09
06/11/17
PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
28ª. SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 06/11/2017, ÀS 19 HORAS.

PROPOSITURA: EMENDA MODIFICATIVA Nº. 02.

ASSUNTO: "ALTERA O ARTIGO 2º. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2017".

NOME	SIM/NÃO	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	N	
EDISON ITAMAR PICÃO	S	
EDUARDO DA SILVA	N	
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN	S	
JESUS APARECIDO DE SOUZA	S	
LUCAS BARBOSA SIMIONI	S	
MARIO LUIZ SITTA	S	
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA	N	
NAIARA REGITANO HENDRIKX	–	na presidencia

VOTOS FAVORÁVEIS: 5

VOTOS CONTRÁRIOS: 3

AUSÊNCIAS: 0

RESULTADOS: Aprovado

LUCAS BARBOSA SIMIONI
Vereador/1º. Secretário

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Fl. Nº 129/2017 4
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PARECER CONJUNTO FAVORÁVEL COM EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO e COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2017, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Em análise ao **"Projeto de Lei Complementar nº 012/2017"** apresentado pelo Poder Executivo, nos termos do artigo 102 do Regimento Interno, assim se manifestam:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objeto, o seguinte: "**ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**
Quanto às emendas apresentadas, são de ordem técnica legislativa, para maior clareza e aplicabilidade da norma.

2) DO RELATÓRIO:

Os Nobres Vereadores JESUS APARECIDO DE SOUZA e EDISON ITAMAR PICÃO, Relatores do parecer conjunto das respectivas Comissões apresentam a seguinte conclusão:

a) da legalidade: Em análise aos termos de legalidade, a propositura encontra-se amparada legalmente, já que a iniciativa de leis que versem sobre matéria tributária, compete ao chefe do Poder Executivo, conforme o Artigo 61, § 1º da Constituição Federal. Além disso, as alterações propostas vêm de encontro às determinações contidas na Lei Federal nº 116/2003, modificada pela Lei Complementar nº 157/2016, que definiu alguns requisitos gerais para a instituição e cobrança de ISSQN – Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelos municípios. Ressalta-se que foram cumpridas as exigências da Lei Orgânica Municipal, quanto à disponibilidade por 30 dias à população – Art. 38, § 4º, e ainda, a realização de Audiência Pública, conforme determina o Artigo 239 do Regimento Interno.
As Emendas refletem a orientação de técnica legislativa prevista na Lei Federal nº 95/1998.
Assim, por não haver nenhuma objeção, o parecer destes relatores, em termos de legalidade, é **favorável à propositura**, visto que o Projeto de Lei Complementar apresenta os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: a propositura é conveniente e oportuna, visto que é fundamental a adequação do Município quanto às normas federais que disponham sobre a matéria, objetivando a melhora nas finanças municipais.

Fl. Nº 13 Processo 108/2017

3) DECISÃO DAS COMISSÕES:

Em análise ao Projeto apresentado, e em consonância com o relatório dos Vereadores Relatores do Parecer, decidem as Comissões competentes, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL COM EMENDAS ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2017**, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação, e possível aprovação, já que se encontra em total viabilidade, constitucionalidade e amparo legal.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 30 de outubro de 2017.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Vereadora/Presidente

LUCAS BARBOSA SIMIONI
Vereador/Vice-Presidente

JESUS APARECIDO DE SOUZA
Vereador/Secretário

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EDISON ITAMAR PICÃO
Vereador/Presidente

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Vice-Presidente

JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Vereadora/Secretária

LIDO EM SESSÃO
DE
06 / 11 / 2017

PRESIDENTE

Fl. Nº 831/2017 4
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
28ª. SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 06/11/2017, ÀS 19 HORAS.

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2017.

ASSUNTO: QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOME	SIM/NÃO	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	N	
EDISON ITAMAR PICÃO	S	
EDUARDO DA SILVA	N	
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN	S	
JESUS APARECIDO DE SOUZA	S	
LUCAS BARBOSA SIMIONI	S	
MARIO LUIZ SITTA	S	
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA	N	
NAIARA REGITANO HENDRIKX	–	na presidência

VOTOS FAVORÁVEIS: 5

VOTOS CONTRÁRIOS: 3

AUSÊNCIAS: 0

RESULTADOS: Aprovado

LUCAS BARBOSA SIMIONI
Vereador/1º. Secretário

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Fl. Nº 132/2017 4
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
6ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 06/11/2017, ÀS 19 HORAS.

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2017.

ASSUNTO: QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOME	SIM/NÃO	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	N	
EDISON ITAMAR PICÃO	S	
EDUARDO DA SILVA	N	
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN	S	
JESUS APARECIDO DE SOUZA	S	
LUCAS BARBOSA SIMIONI	S	
MARIO LUIZ SITTA	S	
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA	N	
NAIARA REGITANO HENDRIKX	–	na presidência

VOTOS FAVORÁVEIS: 05

VOTOS CONTRÁRIOS: 03

AUSÊNCIAS: 0

RESULTADOS: Aprovado

LUCAS BARBOSA SIMIONI
Vereador/1º. Secretário

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

Fl. Nº 33/2017 4
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 140/2017 – Gabinete da Presidência

Câmara Municipal, em 07 de novembro de 2017.

Assunto: Encaminha Autógrafo

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, em cumprimento as normas regimentais, tenho a satisfação de, pelo presente encaminhar a Vossa Excelência, para as providências necessárias, o seguinte autógrafo:

Autógrafo nº. 026/2017, oriundo do Projeto de Lei Complementar nº. 012/2017, de autoria de Vossa Excelência.

O referido projeto foi apreciado e deliberado em Sessão Ordinária e Extraordinária, realizadas no dia 06 novembro de 2017, a partir das 19 horas, neste Legislativo, gerando o autógrafo acima descrito.

Nossos respeito e consideração.

Cordialmente,

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

A Sua Excelência o Senhor,
Dr. FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Protocolo
Prefeitura Municipal da Est. Tur. Holambra
Nº da Ordem 3944/2017
Fls. nº Livro nº
Data do entrada 09 de 11 de 17
Responsável

Fl. Nº 334/2017
108/2017
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

AUTÓGRAFO Nº. 026/2017
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2017

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, FERNANDO FIORI DE GODOY, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Por força da presente Lei, os dispositivos abaixo enumerados da Lei Complementar Municipal nº 121, de 27 de Dezembro de 2001, e alterações realizadas pela Lei Complementar nº 154 de 19 de novembro de 2004, que aprovou o Código Tributário do Município de Holambra, passam a vigorar com as seguintes redações e inclusões:

"**Art. 59** - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante no anexo I, parte integrante desta lei.

Fl. Nº 135 Proc. 108/2017

Art. 60 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do anexo I;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do anexo I;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no Artigo 67 C desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§ 5º - No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 67 A - Para os contribuintes optantes pelo regime tributário do Simples Nacional (Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), bem como para o Microempreendedor Individual – MEI, deverá ser aplicada a alíquota dos percentuais previstos na respectiva Legislação Federal.

Art. 67 B - Fica o prestador dos serviços obrigado a informar no documento fiscal a alíquota a ser retida, e na hipótese do contribuinte não informar, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento).

Art. 67 C - A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista do anexo I da presente Lei.

§ 2º - É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas às alíquotas mínimas previstas no anexo I da presente Lei no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

Fl. Nº 108/2017 Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra S.P.

§ 3º - A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

Art. 88 A - No interesse da arrecadação e da administração tributária, poderá a Fazenda Municipal, por ato administrativo, adicionar ou suspender, no todo ou em parte, a aplicação do regime de substituição tributária previsto nesta seção, bem como baixar normas regulamentadoras sobre o assunto."

Art. 2º - O ANEXO I (Lista de Serviços – ISSQN) da Lei Complementar nº 121/2001, alterada pela Lei Complementar nº 154/2004, passa a vigorar com a seguinte redação e alíquotas.

Art. 3º - Esta Lei Complementar Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 07 de novembro de 2017.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

JESUS APARECIDO DE SOUZA
Vereador/Vice-Presidente

LUCAS BARBOSA SIMIONI
Vereador/1º Secretário

EDISON ITAMAR PICÃO
Vereador/2º Secretário

Fl. Nº 137/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS ISSQN	A	B
	% sobre o preço do	Alíquotas em Reais
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%	R$ 250,00
1.02 – Programação.	3%	R$ 250,00
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3%	R$ 250,00
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente daarquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3%	R$ 250,00
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%	R$ 250,00
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	3%	R$ 250,00
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%	R$ 250,00
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%	R$ 250,00
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%	R$ 250,00
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2,5%	R$ 250,00
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3%	R$ 200,00
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3%	R$ 200,00

Fl. Nº 138/2017
Processo 108/2017

Fl. Nº 138/2017
108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5,0%	R$ 300,00
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%	R$ 250,00
3.06 - Locação empresarial de bens móveis.	3%	
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 – Medicina e biomedicina.	3%	R$ 350,00
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra- sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%	R$ 350,00
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%	R$ 350,00
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	3%	R$ 300,00
4.05 – Acupuntura.	3%	R$ 300,00
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%	R$ 300,00
4.07 – Serviços farmacêuticos.	3%	R$ 300,00
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%	R$ 350,00
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%	R$ 350,00
4.10 – Nutrição.	3%	R$ 350,00
4.11 – Obstetrícia.	3%	R$ 350,00
4.12 – Odontologia.	3%	R$ 350,00
4.13 – Ortóptica.	3%	R$ 350,00
4.14 – Próteses sob encomenda.	3%	R$ 300,00
4.15 – Psicanálise.	3%	R$ 350,00
4.16 – Psicologia.	3%	R$ 350,00
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%	R$ 200,00
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	R$ 300,00
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%	R$ 200,00
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	R$ 200,00
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	R$ 500,00
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3,5%	R$ 500,00

Fl. Nº 239/2017
Processo 08/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3,5%	R$ 500,00
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	3%	R$ 350,00
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%	R$ 350,00
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	3%	R$ 350,00
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	R$ 300,00
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%	R$ 200,00
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	R$ 200,00
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	R$ 200,00
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2,5%	R$ 200,00
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2,5%	R$ 150,00
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2,5%	R$ 200,00
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%	R$ 200,00
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3%	R$ 200,00
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%	R$ 350,00

Fl. Nº 140/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	R$ 300,00
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%	R$ 300,00
7.04 – Demolição.	3%	R$ 250,00
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3,5%	R$ 250,00
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	2,5%	R$ 100,00
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.08 – Calafetação.	3%	R$ 100,00
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%	R$ 200,00
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%	R$ 200,00
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%	R$ 150,00
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%	R$ 100,00
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3%	R$ 100,00

Fl. Nº 141/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%	R$ 100,00
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%	R$ 100,00
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%	R$ 1.150,00
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%	R$ 100,00
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%	R$ 100,00
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2,5%	R$ 100,00
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2,5%	R$ 100,00
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%	R$ 200,00
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%	R$ 150,00
9.03 – Guias de turismo.	2,5%	R$ 100,00
9.04 - Parques nacionais, ecológicos, temáticos e congêneres, e demais empreendimentos de atração turística com cobrança de ingresso para visitação pública.	2,5%	R$ 100,00
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	R$ 270,00

Fl. Nº 142/2017 4
Processo 108/2017

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	R$ 270,00
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%	R$ 270,00
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	R$ 270,00
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	R$ 270,00
10.06 – Agenciamento marítimo.	3%	R$ 350,00
10.07 – Agenciamento de notícias.	3%	R$ 350,00
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%	R$ 350,00
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2,5%	R$ 100,00
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	3%	R$ 100,00
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%	R$ 300,00
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	3%	R$ 300,00
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%	R$ 300,00
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%	R$ 150,00
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 – Espetáculos teatrais.	3%	R$ 230,00
12.02 – Exibições cinematográficas.	3%	R$ 230,00
12.03 – Espetáculos circenses.	3%	R$ 230,00
12.04 – Programas de auditório.	3%	R$ 230,00
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	3%	R$ 345,00
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%	R$ 230,00
12.10 – Corridas e competições de animais.	3%	R$ 230,00

Fl. Nº 143/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%	R$ 230,00
12.12 – Execução de música.	3%	R$ 230,00
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%	R$ 115,00
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3%	R$ 115,00
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3%	R$ 200,00
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%	R$ 115,00
12.18 - Serviços de televisão por assinatura prestados na área do Município.	3%	R$ 200,00
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2,5%	R$ 115,00
13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	2,5%	R$ 115,00
13.06 - Gravação, edição, legendação e também distruibuição (sem a transferência de propriedade) de filmes, videotipes, disco vídeo digital e congêneres, para videolocadoras, televisão e cinema.	2,5%	R$ 115,00
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		

Fl. Nº 144/2017 4
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2,5%	R$ 115,00
14.02 – Assistência técnica.	2,5%	R$ 230,00
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2,5%	R$ 230,00
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2,5%	R$ 115,00
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	2,5%	R$ 115,00
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2,5%	R$ 115,00
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2,5%	R$ 100,00
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	2,5%	R$ 115,00
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2,5%	R$ 115,00
14.12 – Funilaria e lanternagem.	2,5%	R$ 115,00
14.13 – Carpintaria e serralheria.	2,5%	R$ 115,00
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	2,5%	R$ 115,00
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres, com exceção da administração de fundos públicos e programas sociais, tais como do Programa de Integração Social - PIS, do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, do Fundo de Garantia por tempo de Serviço - FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e da Previdência Social.	5%	

Fl. Nº 245/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e	5%	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ouexclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	

Fl. Nº 146/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	R$ 552,00
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	

Fl. Nº 947/2017

Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	R$ 552,00
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3%	R$ 115,00
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3%	R$ 115,00
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%	R$ 345,00
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%	R$ 115,00
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou	3%	R$ 345,00
organização técnica, financeira ou administrativa.		
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%	R$ 230,00
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%	R$ 230,00
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%	R$ 115,00
17.08 – Franquia (franchising).	3%	
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%	R$ 345,00
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	R$ 230,00
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%	R$ 460,00
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%	R$ 345,00
17.13 – Leilão e congêneres.	3%	R$ 230,00
17.14 – Advocacia.	3%	R$ 350,00

Fl. Nº 148/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%	R$ 350,00
17.16 – Auditoria.	3%	R$ 350,00
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	3%	R$ 345,00
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%	R$ 350,00
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%	R$ 300,00
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%	R$ 300,00
17.21 – Estatística.	3%	R$ 250,00
17.22 – Cobrança em geral.	3%	R$ 230,00
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%	R$ 230,00
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%	R$ 150,00
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	2%	R$ 100,00
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%	R$ 350,00
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	4%	R$ 300,00
19.02 - serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de bingo.	4%	R$ 300,00
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		

Fl. Nº 149 /2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		R$ 350,00
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	R$ 350,00
22 – Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	R$ 1.000,00
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
25 - Serviços funerários.		

Fl. Nº 150/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA SP.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros parâmentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%	
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%	
25.03 – Planos ou convênio funerários.	3,5%	
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%	
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%	
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres, exceto os serviços postais explorados em regime de monopólio, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.538 de 22 de junho de 1978, quando executadas pela empresa pública da União ou suas agências franqueadas.	3%	R$ 115,00
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	2,5%	R$ 115,00
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	R$ 200,00
29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	2,5%	R$ 150,00
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%	R$ 350,00
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%	R$ 250,00
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	3%	R$ 230,00
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%	R$ 350,00

Fl. Nº 151/2017 4
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%	R$ 350,00
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%	R$ 250,00
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	3%	R$ 250,00
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2,5%	R$ 115,00
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	2,5%	R$ 115,00
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5%	R$ 250,00
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	3%	R$ 200,00

Fl. Nº 152/2017
Processo 108/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

OFÍCIO nº 710/2017 - GP

Holambra, 16 de Novembro de 2017.

Assunto: ***Encaminha Lei Sancionada e Atos Oficiais Digitalizados.***

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE

Pelo presente venho encaminhar a Vossa Excelência e aos excelentíssimos senhores vereadores, os Atos Oficiais digitalizados e a seguinte Lei sancionada:

LEI COMPLEMENTAR N.º 282/2017: "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Sem mais para o momento, subscrevo-me renovando votos de alteada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Recebi em 17 *de* novembro *de 2017*

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Presidente

A Sua Excelência a Senhora
NAIARA REGITANO HENDRIKX
DD. Vereadora Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra
Nº PROTOCOLO: 00642/2017
Data: 17/11/2017 Hora: 14:38
Documento: Correspondência Recebida Nº 499/2017

Fl. Nº 153/2017
Processo 108/2017

LEI COMPLEMENTAR N.º 282/2017

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E ALTERAÇÕES, QUE APROVA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Por força da presente Lei, os dispositivos abaixo enumerados da Lei Complementar Municipal nº 121, de 27 de Dezembro de 2001, e alterações realizadas pela Lei Complementar nº 154 de 19 de novembro de 2004, que aprovou o Código Tributário do Município de Holambra, passam a vigorar com as seguintes redações e inclusões:

"**Art. 59** - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante no anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 60 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da

Fl. Nº 154/2017 4
Processo 108/2017

formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do anexo I;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do anexo I;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no Artigo 67 C desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§ 5º - No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais

Fl. Nº 355/2017
Processo 108/2017

eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 67 A - Para os contribuintes optantes pelo regime tributário do Simples Nacional (Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), bem como para o Microempreendedor Individual – MEI, deverá ser aplicada a alíquota dos percentuais previstos na respectiva Legislação Federal.

Art. 67 B - Fica o prestador dos serviços obrigado a informar no documento fiscal a alíquota a ser retida, e na hipótese do contribuinte não informar, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento).

Art. 67 C - A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista do anexo I da presente Lei.

§ 2º - É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas às alíquotas mínimas previstas no anexo I da presente Lei no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

Fl. Nº 156/2017 4
Processo 108/2017

8

§ 3º - A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

Art. 88 A - No interesse da arrecadação e da administração tributária, poderá a Fazenda Municipal, por ato administrativo, adicionar ou suspender, no todo ou em parte, a aplicação do regime de substituição tributária previsto nesta seção, bem como baixar normas regulamentadoras sobre o assunto."

Art. 2º - O ANEXO I (Lista de Serviços – ISSQN) da Lei Complementar nº 121/2001, alterada pela Lei Complementar nº 154/2004, passa a vigorar com a seguinte redação e alíquotas.

Art. 3º - Esta Lei Complementar Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Novembro de 2017.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do Autógrafo nº 026/2017, referente Projeto de Lei Complementar nº 012/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, Prefeito Fernando Fiori de Godoy.

GRASSI BARBOSA GOMES FREITAS DE SOUZA
Diretora Administrativa e Recursos Humanos

Fl. Nº 157/2017
Processo 108/2017

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS ISSQN	A	B
	% sobre o preço do	Alíquotas em
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%	R$ 250,00
1.02 – Programação.	3%	R$ 250,00
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3%	R$ 250,00
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente daarquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3%	R$ 250,00
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%	R$ 250,00
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	3%	R$ 250,00
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%	R$ 250,00
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%	R$ 250,00
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%	R$ 250,00
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2,5%	R$ 250,00
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3%	R$ 200,00
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3%	R$ 200,00

Fl. Nº 158/2017 4
Processo 108/2017

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5,0%	R$ 300,00
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%	R$ 250,00
3.06 - Locação empresarial de bens móveis.	3%	
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 – Medicina e biomedicina.	3%	R$ 350,00
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra- sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%	R$ 350,00
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%	R$ 350,00
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	3%	R$ 300,00
4.05 – Acupuntura.	3%	R$ 300,00
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%	R$ 300,00
4.07 – Serviços farmacêuticos.	3%	R$ 300,00
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%	R$ 350,00
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%	R$ 350,00
4.10 – Nutrição.	3%	R$ 350,00
4.11 – Obstetrícia.	3%	R$ 350,00
4.12 – Odontologia.	3%	R$ 350,00
4.13 – Ortóptica.	3%	R$ 350,00
4.14 – Próteses sob encomenda.	3%	R$ 300,00
4.15 – Psicanálise.	3%	R$ 350,00
4.16 – Psicologia.	3%	R$ 350,00
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%	R$ 200,00
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	R$ 300,00
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%	R$ 200,00
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	R$ 200,00
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	R$ 500,00
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3,5%	R$ 500,00

Fl. Nº 159/2017 4
Processo 108/2017

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3,5%	R$ 500,00
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	3%	R$ 350,00
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%	R$ 350,00
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	3%	R$ 350,00
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	R$ 300,00
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%	R$ 200,00
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	R$ 200,00
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	R$ 200,00
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2,5%	R$ 200,00
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2,5%	R$ 100,00
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2,5%	R$ 150,00
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2,5%	R$ 200,00
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%	R$ 200,00
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3%	R$ 200,00
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%	R$ 350,00

Fl. Nº 360/2017
Processo 108/2017

8

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	R$ 300,00
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%	R$ 300,00
7.04 – Demolição.	3%	R$ 250,00
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3,5%	R$ 250,00
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	2,5%	R$ 100,00
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.08 – Calafetação.	3%	R$ 100,00
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%	R$ 200,00
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%	R$ 200,00
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%	R$ 150,00
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%	R$ 100,00
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3%	R$ 100,00

Fl. Nº 361/2017 4
Processo 108/2017

8

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%	R$ 100,00
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%	R$ 100,00
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%	R$ 100,00
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%	R$ 1.150,00
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%	R$ 100,00
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%	R$ 100,00
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2,5%	R$ 100,00
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2,5%	R$ 100,00
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%	R$ 200,00
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%	R$ 150,00
9.03 – Guias de turismo.	2,5%	R$ 100,00
9.04 - Parques nacionais, ecológicos, temáticos e congêneres, e demais empreendimentos de atração turística com cobrança de ingresso para visitação pública.	2,5%	R$ 100,00
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	R$ 270,00

Fl. Nº 162/2017
Processo 108/2017

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	R$ 270,00
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%	R$ 270,00
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	R$ 270,00
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	R$ 270,00
10.06 – Agenciamento marítimo.	3%	R$ 350,00
10.07 – Agenciamento de notícias.	3%	R$ 350,00
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%	R$ 350,00
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2,5%	R$ 100,00
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	3%	R$ 100,00
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%	R$ 300,00
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	3%	R$ 300,00
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%	R$ 300,00
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%	R$ 150,00
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 – Espetáculos teatrais.	3%	R$ 230,00
12.02 – Exibições cinematográficas.	3%	R$ 230,00
12.03 – Espetáculos circenses.	3%	R$ 230,00
12.04 – Programas de auditório.	3%	R$ 230,00
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	3%	R$ 345,00
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%	R$ 230,00
12.10 – Corridas e competições de animais.	3%	R$ 230,00

Fl. Nº 163/2017-4
108/2017
Processo

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%	R$ 230,00
12.12 – Execução de música.	3%	R$ 230,00
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	R$ 230,00
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%	R$ 115,00
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3%	R$ 115,00
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3%	R$ 200,00
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%	R$ 115,00
12.18 - Serviços de televisão por assinatura prestados na área do Município.	3%	R$ 200,00
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2,5%	R$ 115,00
13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	2,5%	R$ 115,00
13.06 - Gravação, edição, legendação e também distruibuição (sem a transferência de propriedade) de filmes, videotipes, disco vídeo digital e congêneres, para videolocadoras, televisão e cinema.	2,5%	R$ 115,00
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		

Fl. Nº 264/2017 4
108/2017
Processo

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2,5%	R$ 115,00
14.02 – Assistência técnica.	2,5%	R$ 230,00
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2,5%	R$ 230,00
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2,5%	R$ 115,00
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	2,5%	R$ 115,00
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2,5%	R$ 115,00
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2,5%	R$ 100,00
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	2,5%	R$ 115,00
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2,5%	R$ 115,00
14.12 – Funilaria e lanternagem.	2,5%	R$ 115,00
14.13 – Carpintaria e serralheria.	2,5%	R$ 115,00
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	2,5%	R$ 115,00
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres, com exceção da administração de fundos públicos e programas sociais, tais como do Programa de Integração Social - PIS, do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, do Fundo de Garantia por tempo de Serviço - FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e da Previdência Social.	5%	

Fl. Nº 965/2017
Processo 108/2017

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem	5%	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ouexclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	

Fl. Nº 166/2017
Processo 108/2017

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	R$ 552,00
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	

Fl. Nº 167/2017 4
Processo 108/2017

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	R$ 552,00
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3%	R$ 115,00
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3%	R$ 115,00
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%	R$ 345,00
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%	R$ 115,00
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou	3%	R$ 345,00
organização técnica, financeira ou administrativa.		
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%	R$ 230,00
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%	R$ 230,00
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%	R$ 115,00
17.08 – Franquia (franchising).	3%	
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%	R$ 345,00
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	R$ 230,00
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%	R$ 460,00
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%	R$ 345,00
17.13 – Leilão e congêneres.	3%	R$ 230,00
17.14 – Advocacia.	3%	R$ 350,00

Fl. Nº 168/2017
Processo 108/2017

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%	R$ 350,00
17.16 – Auditoria.	3%	R$ 350,00
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	3%	R$ 345,00
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%	R$ 350,00
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%	R$ 300,00
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%	R$ 300,00
17.21 – Estatística.	3%	R$ 250,00
17.22 – Cobrança em geral.	3%	R$ 230,00
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%	R$ 230,00
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%	R$ 150,00
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	2%	R$ 100,00
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%	R$ 350,00
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	4%	R$ 300,00
19.02 - serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de bingo.	4%	R$ 300,00
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		

Fl. Nº 169/2017
Processo 108/2017

8

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3%	R$ 350,00
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		R$ 350,00
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	R$ 350,00
22 – Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	R$ 1.000,00
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2,5%	R$ 115,00
25 - Serviços funerários.		

Fl. Nº 8706017
Processo 108/2017

8

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros parâmentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%	
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%	
25.03 – Planos ou convênio funerários.	3,5%	
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%	
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%	
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres, exceto os serviços postais explorados em regime de monopólio, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.538 de 22 de junho de 1978, quando executadas pela empresa pública da União ou suas agências franqueadas.	3%	R$ 115,00
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	2,5%	R$ 115,00
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	R$ 200,00
29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	2,5%	R$ 150,00
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%	R$ 350,00
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%	R$ 250,00
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	3%	R$ 230,00
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%	R$ 350,00

Fl. Nº 171/2017
Processo 108/2017

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%	R$ 350,00
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%	R$ 250,00
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	3%	R$ 250,00
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2,5%	R$ 115,00
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	2,5%	R$ 115,00
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5%	R$ 250,00
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	3%	R$ 200,00

Fl. Nº 172/2017
Processo 108/2017

8